



ELO



PORTE
PAGO

ANO XI
N.º 128
MENSAL
JANEIRO
1985
PREÇO 20\$00

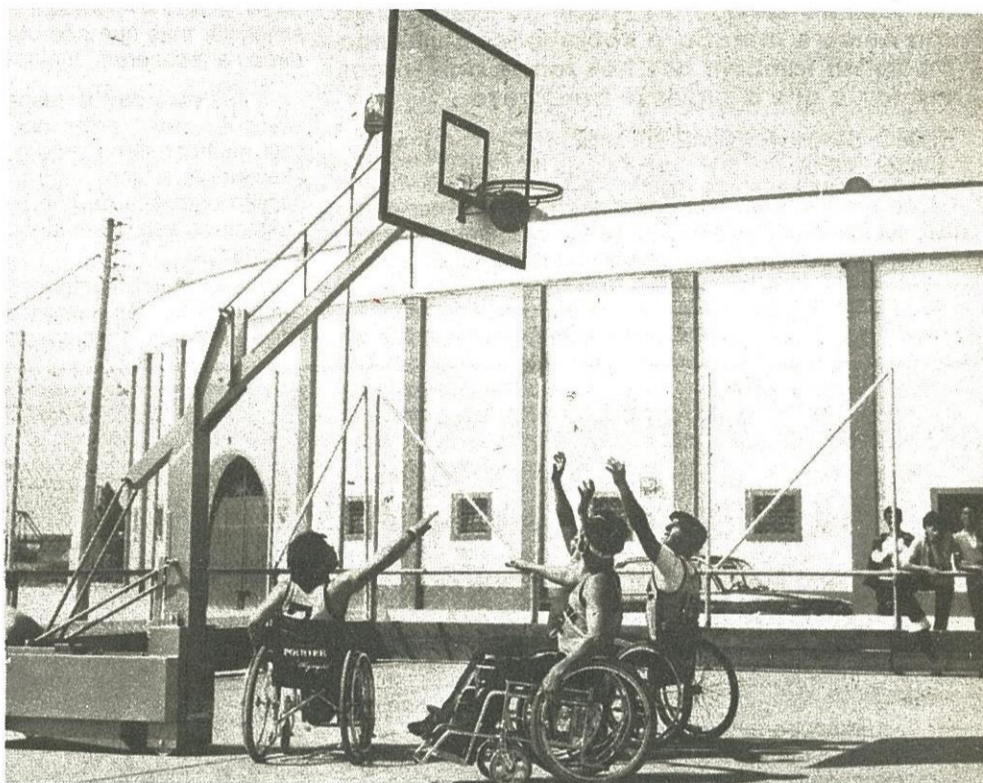
ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTO PARA DEFICIENTES

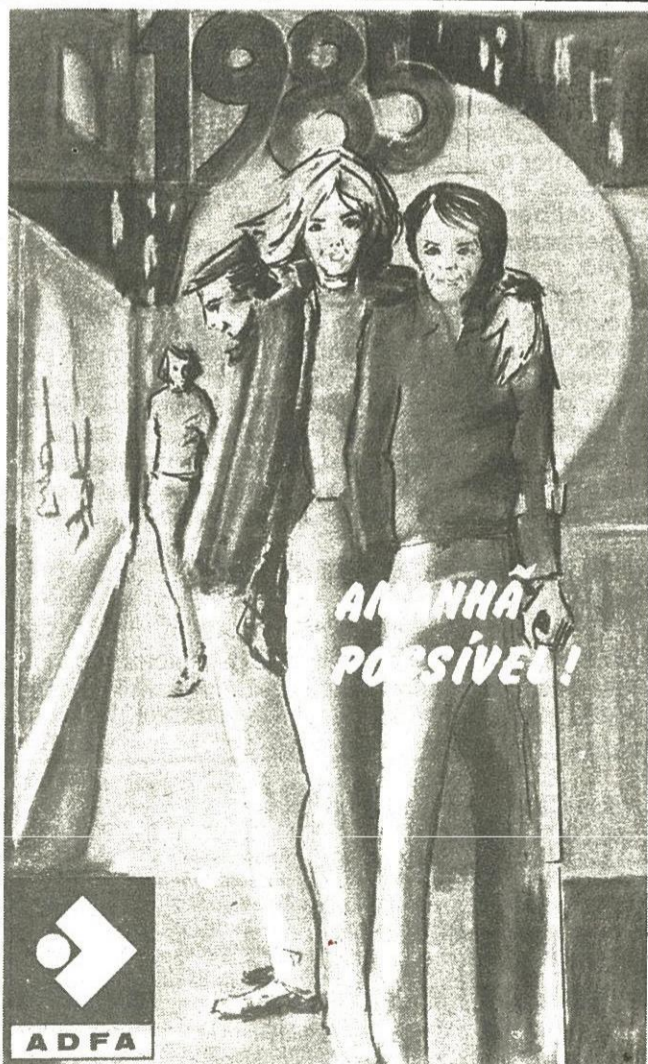
- FINALMENTE CONSENSO ENTRE AS ASSOCIAÇÕES
- ELEITA COMISSÃO TÉCNICA PROVISÓRIA

PÁG. 11



A REABILITAÇÃO QUE SE FAZ NO PORTO

PÁG. 5



CALENÁRIO DA ADFA PARA 1985
PÁG. 2

**JÁ ELABORADO PROGRAMA DA REUNIÃO DA FMAC
EM LISBOA DE 25 A 27 DE FEVEREIRO**

PÁG. 12

**ADFA PRETENDE DIREITO A PENSÃO PARA DOENÇAS
AGRAVADAS EM SERVIÇO**

PÁG. 2

**ADFA PRETENDE QUE SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ NÃO
SEJAM ABRANGIDOS PELO IMPOSTO COMPLEMENTAR**

PÁG. 3

ACTIVIDADES
DE
DINAMIZAÇÃO
PARA 1985

PÁG. 3

FESTA DE NATAL
NAS
DELEGAÇÕES

PÁG. 10



● VIAGEM AO INTERIOR DE 125 NÚMEROS DO «ELO»
PÁG. 6

● DEFICIENTES CÉLEBRES — SANTO INÁCIO
DE LOIOLA
PÁG. 9

● DEFICIENTES E LITERATURA
PÁG. 12

● GRUPO DE TEATRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE SURDOS
PÁG. 4

ADFA SOLICITA A ATRIBUIÇÃO DE PENSÃO AOS DEFICIENTES COM DOENÇAS OU LESÕES AGRAVADAS EM SERVIÇO

Apesar das numerosas insistências da ADFA no sentido de serem adoptadas medidas que possibilitem a atribuição de Pensões aos deficientes com doenças ou lesões agravadas em serviço, e não se tendo, até ao momento, conseguido nada de palpável, sobre esta matéria, foi decidido enviar uma exposição à Presidência do Conselho de Ministros, com conhecimento ao Sr. Ministro das Finanças, Caixa Geral de Aposentações, Secretaria de Estado da Defesa Nacional, Secretariado Nacional de Reabilitação, Direcções de Serviço de Saúde do Exército, da Força Aérea e Armada, e Repartições de Justiça e Disciplina também dos três ramos das Forças Armadas, e que a seguir se transcreve:

EXMO. SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO
EXCELENCIA:

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, na prossecução dos objectivos que estatutariamente lhe estão definidas, vem, mui respeitosamente, expor e requerer a V. Ex.ª o seguinte:

1. Nos termos do art.º 38.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Dec.-Lei 498772, de 9 de Dezembro, apenas

as lesões ou doenças adquiridas em serviço conferem direito a receber pensão.

2. Consequentemente, todo os militares que no cumprimento dos seus deveres e por via deste sofrem agravamento de lesão ou doença não auferem qualquer pensão.

3. Tal circunstância não pode deixar de se reconhecer como geradora de grave injustiça relativa.

4. Bastará citar, a título de exemplo, a situação dos militares cuja doença ou lesão sofreu grande agravamento em consequência do exercício da actividade militar (casos de 100% de incapacidade), os quais, por isso mesmo, estão absolutamente impossibilitados de angariar meios de subsistência, mas que não obstante não lhes é reconhecido o direito a receberem qualquer pensão de invalidez.

5. Salvo o devido respeito, pensa esta Associação que situações como estas não podem aceitar-se, nem mesmo compreender-se no quadro das obrigações que a Pátria deve assumir para com os militares que no cumprimento da missão patriótica de que estavam incumbidos e em consequência do seu desempenho sofram agravamento de lesão ou doença.

6. Com efeito, naqueles casos em que as condições de cumprimento das obrigações e deveres militares foram factor único ou mesmo determinante do agravamento da

lesão ou doença, não pode deixar de ser reconhecido aos deficientes militares o direito à pensão.

7. E, se por um lado, se trata de uma questão de justiça social que urge resolver, por outro, corresponde a harmonizar este regime com o dos acidentados de trabalho (Lei 2127 de 3/8/65 e legislação complementar).

8. Por outro lado, convirá também ter presente que, relativamente ao serviço de campanha para efeito da qualificação como DFA, o Dec.-Lei 43/76 de 20 de Janeiro, no n.º 2 do seu artigo 1.º contempla igualmente as situações de agravamento de lesão ou doença.

9. Não faz, pois, sentido que para efeito de serviço de campanha se considerem também as situações de agravamento de lesão ou doença e não sejam as mesmas consideradas para efeito de serviço.

10. Estas as considerações que a ADFA entendeu trazer à esclarecida consideração de V. Ex.ª, na convicção de que rapidamente será alterado o citado art.º 38.º do Estatuto da Aposentação, por forma a considerar também as lesões ou doenças agravadas em serviço e em consequência deste.

Pede Deferimento

A Direcção Central da ADFA

Lisboa, 15 de Janeiro de 1985.

OPINIÃO

PARA UM VERDADEIRO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE DEFICIENTES

O provincianismo associativo em que vivemos, conduz-nos obrigatoriamente a um divisionismo social que, em vez de criar um movimento eficazmente reivindicativo, continua a ser desgarrado, anarquista e obsoleto.

O isolacionismo, que as organizações de e para deficientes mantêm entre si, tem impedido, quer por interesses pessoais, quer partidários, a organização dum genuíno movimento associativo de deficientes, independente de qualquer directriz partidária, claro e aberto a todo o tipo de negociações com os governos, e honestamente defensor dos mais elementares direitos dos deficientes.

A necessária comunhão de ideias, a congregação de esforços neste sentido, leva forçosamente a que os deficientes, integrados associativamente, não permitam que algumas pessoas das direcções das suas associações continuem, como até aqui, a capitalizar decisões que só cabem ao todo, e que em prejuízo daqueles que os elegeram, só contribuí para o «orgulhosamente sós», de malfadada memória, e que partidariamente é aproveitado.

O claro desconhecimento das vontades expressas das bases e a violentação frontal de todos os princípios e regras democráticas.

Pode viver activamente uma organização ou estrutura em que as suas decisões advêm exclusivamente das suas cúpulas? No secretismo e na clandestinidade? No ostracismo e na escuridão?

E a quem servem?

Aos oportunistas, quer sejam eles de índole pessoal, quer de índole colectiva!

Aos fanáticos e sectários, aos crentes nas boas-vontades e aos descontentes, que vêem numa estrutura irrisória e inconsequente, à semelhança da denominada UCNOD (União Coordenadora Nacional de Organismos de Deficientes) a satisfação partidária e social dos seus anseios!

Todos os deficientes terão que tomar consciência desta realidade. Numa época em que os deficientes portugueses tendem a assumir na plenitude os problemas que se lhes deparam, e a encontrar as vias que os conduzam às soluções que desejam, devem sentir, cada vez mais, que não podem caminhar ao encontro de movimentos ou organizações dependentes de vontades ou directrizes que não sejam traçadas por eles próprios, num movimento autónomo e verdadeiramente representativo de todos os deficientes.

A fórmula, que creio, será a inscrição cada vez mais maciça de deficientes, nas organizações criadas para servir os seus interesses, da imediata tomada de consciência do que se passa no seu seio, e das consequentes soluções a tomar.

Assim, ficarão disponíveis para a médio prazo, poderem, sem interferências de estranhas, dialogar com outras associações, para a necessária criação dum autêntico movimento associativo de deficientes.

Mário Villa-Lobos

DIA NACIONAL DO DEFICIENTE

COMUNICADO DE ASSOCIAÇÕES LIDO NO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O comunicado elaborado por oito associações de deficientes e divulgado em conferência de imprensa no passado dia 5 de Dezembro, mereceu a melhor atenção por parte da Assembleia da República e foi lida como expediente na sessão do Plenário efectuada em 13 de Janeiro.

Recorde-se que este comunicado visava alertar a opinião pública para o significado do dia 9 de Dezembro, Dia Nacional do Deficiente.



JORNAL DO EXÉRCITO COMEMORA 25.º ANIVERSÁRIO

O Jornal do Exército comemorou no passado dia 11 de Janeiro os seus 25 anos, tendo nesse dia sido inaugurada uma exposição sobre os 25 anos de vida do mesmo jornal e sido distribuído o último número do mesmo mensário, n.º 301, Janeiro de 1985. Através do seu director e por convite do Chefe do Estado-Maior do Exército, o jornal Elo esteve presente na referida comemoração.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA DELEGAÇÃO DO PORTO

Nos termos do Artigo 48.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária da Delegação do Porto, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, para 16/2/85 P.F., tendo como ponto único da ordem dos trabalhos:

— Apreçar e votar o relatório de actividades e contas da DD e respectivo parecer do CFD, relativos à gerência do ano findo.

A Assembleia reunirá, às 14,00 horas, nas instalações da Delegação — R. Pedro Hispano, n.º 1105 — 4200 Porto, ou meia hora depois se não estiverem presentes mais de metade dos associados.

Porto, 14 de Janeiro de 1985.

O Presidente da Assembleia Geral da Delegação
António da Silva Reis dos Santos

ANDAR VENDE-SE

Como novo, marquises fechadas, 3 assoalhadas, 2500 contos.

INFORMA: REDACÇÃO DO ELO

PARA APROVAR ORÇAMENTO PARA 1985 CONSELHO NACIONAL DA ADFA REÚNE DIA 26 DE JANEIRO

O Conselho Nacional da ADFA vai reunir no próximo dia 26 de Janeiro, a fim de aprovar o orçamento da Associação para 1985. Trata-se da segunda reunião ordinária do Conselho Nacional referente a 1984, mas que só agora foi possível convocar devido à preparação da proposta orçamental.

Para além da aprovação do orçamento, o Conselho Nacional apreciará ainda uma proposta de delimitação das áreas de influência das delegações, uma outra sobre o apetrechamento das delegações do Funchal e Bragança, que acabam de obter instalações condignas, respectivamente por parte do Governo Regional e da Câmara Municipal, procederá à análise dos centros produtivos da Associação e debruçar-se-á ainda sobre a situação da delegação de Évora.

A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 1985 VALOR DA QUOTA A PAGAR PELOS SÓCIOS PASSOU PARA 80\$00


Conforme deliberação da Assembleia Geral Nacional Ordinária realizada em 14 de Abril de 1984, as quotas a pagar pelos sócios passaram a ter um novo valor a partir de 1 de Janeiro deste ano.

Sendo a quota em 1984 de 70\$00 mensais, foi, por deliberação da Assembleia Geral Nacional, aumentada em cerca de 14%, passando para 80\$00.

Recorde-se que foi a própria Assembleia Geral Nacional que, alguns meses antes, definiu o princípio de actualização anual das quotas, sempre por deliberação da Assembleia Geral Nacional Ordinária, produzindo essa actualização efeito a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte. Deste modo, a fixação das quotas para 1986 terá já lugar na Assembleia Geral Nacional Ordinária deste ano, que deverá realizar-se até 31 de Março.

CALENDÁRIO DE 1985


O poster do calendário da ADFA para 1985, publicado na primeira página, é da autoria de Victor Palla e tem as dimensões de 33x54. Foram impressos 12 000 exemplares.



Automóveis 60 M
Caravanas Motos

IBERGRUPO

Aparelhagens
Vídeos
Televisores 36 M
Ar Condicionado



SEM ENTRADA E SEM JUROS

Informações: FERNANDO VIANA — Tel.: 204 26 06

ESTE ESPAÇO PODE SER SEU.

O «ELO» É LIDO MENSALMENTE POR CERCA DE 15000 PESSOAS

ANUNCIE NO «ELO»

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA, TEL. 3621 67/8/9
LARGO S. DOMINGOS — 1194 LISBOA CODEX

EDITORIAL

Passadas as comemorações do décimo aniversário da ADFA, que decorreram durante todo o ano de 1984, parece-nos, neste princípio de ano, ser momento oportuno para alguma reflexão e interiorização dos objectivos que nos propusemos e dos fins alcançados.

Toda a estrutura da ADFA e principalmente as acções desencadeadas pelos órgãos sociais centrais, pretenderam, num esforço notável, transmitir à opinião pública em geral, a realidade de dez anos de trabalho em prol da reabilitação e reintegração social dos vários milhares de deficientes, vítimas do conflito colonial que de 61 a 74 se desenvolveu nas três frentes de Angola, Moçambique e Guiné.

Muito especialmente, durante o ano transacto desenvolvemos toda uma série de acções junto dos poderes constituídos, Presidência da República, Governo e Assembleia da República, com a finalidade de os alertar para as questões que continuam por se resolver exigindo, ao mesmo tempo, a adopção de medidas que reponham a justiça que tarda em chegar.

Com o empenhamento que nos vem da camaradagem, reforçamos os nossos contactos junto das autoridades militares, convictos de que, dos longos meses e anos em que conjuntamente empunhamos as mesmas armas, a solidariedade e o espírito de corpo não são uma palavra vã, ou circunscrita apenas ao espaço temporal que decorre entre o empunhar da arma e o momento em que um tiro ou uma mina reduziu o jovem, «filho de sua mãe», a um deficiente mais ou menos grave.

Em todas estas áreas fizemos sentir a nossa acção e pressão persistentes, convictos de que não é nem pode ser impunemente que se manda toda uma geração para a guerra, sem se terem em conta todas as consequências desse acto nacional.

Para a opinião pública, a guerra colonial já está distante e as novas gerações saberão apenas pelos livros da escola que no estertor do antigo regime, outros jovens como eles tiveram que suportar uma guerra, que em números frios causou tantos mortos e alguns milhares de feridos e que, se calhar, alguns destes serão escolhidos como símbolos de heroísmo que deram suporte aos valores nacionais.

Constatámos que da parte do Governo, e demais órgãos de soberania não existe, de facto, vontade política para assumir em plenitude a situação dos deficientes das Forças Armadas, e que além de veladas promessas quanto à resolução dos problemas apresentados, é-nos, apenas, imposta como única alternativa esperar por melhores dias.

Dos contactos que mantivemos com a instituição militar resta-nos alguma consolação, e ela reside no facto de termos a certeza de que uma boa parte dos militares e suas hierarquias, consideraram não poderem alhear-se dos problemas daqueles, que ao seu lado tombaram, e que esperam agora deles, o gesto da solidariedade, que embora não total, é, no entanto, razão de esperança para todos nós.

Propositamente, quisemos, neste editorial, respigar alguns dados que fazem parte do outro lado da moeda, o lado que ninguém gosta mas que é forçoso que não ignoremos.

De pessimismo e de optimismo se compõe a vida dos indivíduos, das organizações e das sociedades, e no equilíbrio destas duas faces se molda o esforço das nossas mãos.

Se neste princípio de ano, aqui trazemos à reflexão dos associados, de que nem tudo são êxitos no esforço colectivo que desde 1974 vimos desenvolvendo, fazemo-lo tão somente como alerta do empenhamento militante que nos é exigido e que, inconscientemente muitos de nós pensamos não ter nada a ver conosco.

Todos sabemos que as coisas não vão bem para ninguém, mas a constatação de tal facto, não pode ser inibidor, por um lado do esforço individual, que a cada um é exigido e por outro da adopção de medidas por parte

ADFA SOLICITA QUE O ABONO SUPLEMENTAR DE INVALIDEZ E PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR DE INVALIDEZ, NÃO SEJAM INCLUÍDOS PARA EFEITOS DO IMPOSTO COMPLEMENTAR

Verificando-se que nos proventos auferidos pelos deficientes das Forças Armadas são incluídos nos cálculos do imposto complementar, o abono suplementar de invalidez e prestação suplementar de invalidez, e considerando-se que esta prática viola frontalmente o espírito e letra do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, foi enviado ao Sr. Ministro das Finanças uma exposição sobre a matéria, tendo da mesma sido dado conhecimento à Secretaria de Estado da Defesa Nacional e ao Secretariado Nacional de Reabilitação, que a seguir se transcreve:

Ex.º Senhor Ministro das Finanças e do Plano
Excelência

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas vem, mui respeitosamente, expor e requerer a V. Ex.ª o seguinte:

1. Como é do conhecimento de V. Ex.ª, os militares que se deficientaram em serviço de campanha e, por isso mesmo, abrangidos pelo Dec-Lei 43/76, de 20 de Janeiro, têm direito a usufruir de um abono suplementar de invalidez.

2. Aos militares que pelas mesmas razões se deficientaram e aos quais foi atribuída uma percentagem de incapacidade igual ou superior a 90 por cento, têm igualmente direito a uma prestação suplementar de invalidez.

3. Acontece que tanto o referido abono como a prestação são considerados para efeito da matéria colectável sujeita a imposto complementar.

4. No entender desta Associação e dos sócios que representa, nem o abono nem a prestação suplementares de invalidez devem ser considerados para efeito do referido imposto.

5. Com efeito, tanto no preâmbulo como no n.º 1 do art.º 10.º do Dec-Lei 43/76 expressamente se declara que o abono suplementar de invalidez é concedido a título de «compensação pelos danos morais e físicos sofridos».

6. E bem se compreende que assim seja, quando é certo que os deficientes são confrontados no dia-a-dia com a exigência de despesas originadas exclusivamente pela deficiência, as quais, por isso mesmo, não são extensivas à generalidade dos contribuintes.

7. No que concerne à prestação suplementar de invalidez, é igualmente forçoso concluir que a mesma não pode integrar a referida matéria colectável.

8. Para tanto, bastará atentar que a mesma «se destina a custear os encargos da utilização de serviços de acompanhante, caso a sua necessidade se reconheça» (v.g. n.º 1 do art.º 11 do Dec-Lei 43/76).

9. E tanto assim é que o n.º 3 deste mesmo preceito determina que a verificação da necessidade de utilização

dos serviços de acompanhante é feita pela Junta de Saúde, sendo a decisão desta revista de três em três anos.

10. Acresce que logo no n.º 4 do mesmo preceito se determina que «a prestação suplementar de invalidez não será abonada enquanto os DFA estiverem hospitalizados ou internados a expensas do Estado».

11. De tudo se conclui que o conceito de abono e prestação suplementares de invalidez não pode ser confundido com o de pensão.

12. Na verdade, tanto o abono como a prestação suplementares de invalidez assentam em pressupostos e visam objectivos diversos da pensão e consubstanciam uma realidade caracterizada por aspectos jurídicos e económicos diferentes.

13. É, pois, forçoso concluir que pensão, no verdadeiro e exacto sentido que a lei lhe confere, é apenas, no caso vertente, a prevista no art.º 9.º do Dec-Lei 43/76.

14. De todo o exposto se conclui, sem qualquer esforço ou violência de raciocínio, que tanto o abono suplementar de invalidez como a prestação suplementar de invalidez não podem ser considerados para efeito de determinação da matéria colectável sujeita a imposto complementar.

15. Assim, e na convicção de que estas considerações merecerão de V. Ex.ª o melhor acolhimento, solicita-se que aos competentes serviços fiscais sejam dadas as instruções julgadas necessárias por forma a que na determinação da matéria colectável para efeito de imposto complementar não sejam considerados o abono suplementar de invalidez e a prestação suplementar de invalidez a que os DFA têm direito, nas condições fixadas nos artigos 10.º e 11.º do Dec-Lei 43/76 de 20 de Janeiro.

Pede deferimento

A DIRECÇÃO CENTRAL DA ADFA

Liisboa, 15 de Janeiro de 1985

EMPRÉSTIMOS DOS S.S.F.A.

Os Serviços Sociais das Forças Armadas divulgaram as normas para a concessão de empréstimos para habitação com garantia hipotecária, a vigorar durante o ano de 1985.

Para cada caso será fixada uma taxa de juro entre 12% e 19% ao ano e os empréstimos serão amortizados em prestações semestrais.

O prazo de amortização será de 15 anos, podendo contudo ser alargado até 30 anos.

Para mais informações deverão os interessados contactar o Serviço de Assistência Social da ADFA.

ACTIVIDADES A DESENVOLVER EM 1985

Com o objectivo de criar na sede um espaço associativo, nomeadamente aos fins de semana, irão ser desenvolvidas várias actividades de âmbito cultural, desportivo e recreativo, de acordo com o programa em elaboração e que será publicado no próximo número do «ELO».

As actividades a desenvolver incidirão essencialmente nos três primeiros sábados de cada mês, exceptuando-se aqueles sábados em que eventualmente haja assembleias gerais ou outra actividade de carácter associativo que justifique o adiamento para a semana seguinte das actividades programadas.

Deste modo, no primeiro sábado de cada mês, a partir de Janeiro, haverá projecção de filmes de vários géneros, todos com reconhecida qualidade e que foram êxito aquando da sua estreia no cinema comercial.

Da nossa selecção constam filmes como *A Filha do Mineiro*, *Gente Vulgar*, *Apocalypse Now*, *Vietname*: as

Duas Faces da Guerra, *Tee-rão 1943*, *Cerro maior*, *O Carrocha mais Louco do Mundo* e ainda um ciclo de cinema português lá para depois do Verão.

Não esquecemos também os mais pequenos para os quais escolhemos alguns filmes de Walt Disney, além de outras actividades que irão sendo anunciadas pontualmente.

Pensamos levar a cabo, em colaboração com a delegação de Ponta Delgada, uma jornada da sensibilização e dinamização nos Açores. Será também desenvolvida outra actividade semelhante em Bragança, por altura da inauguração das novas instalações da respectiva delegação e eventualmente na Madeira também, aquando da inauguração das novas instalações.

Estão também previstos convívios associativos e desportivos junto dos núcleos já criados ou a criar durante o corrente ano.

Debate sobre sexologia

Em colaboração com o nosso associado e psicólogo

go-sexoterapeuta. Valente dos Santos, autor de uma série de publicações no jornal «Elo» intituladas «Janela interior», levaremos a efeito um debate sobre sexologia e deficiência.

Pique-niques

Uma das formas de convívio associativo franco e salutar sem encargos para a nossa associação é a realização de pique-niques onde sócios e familiares se poderão juntar.

Assim, quando o tempo permitir avançaremos com algumas destas iniciativas.

Criação dum grupo infantil

Do trabalho desenvolvido com várias crianças, filhos de sócios, para a festa de Natal podemos concluir que é possível avançar com um grupo coral infantil capaz de participar nas diversas realizações da ADFA.

Será feita uma certa divulgação desta iniciativa tendo em vista a selecção de um grupo de crianças que demonstrem estarem mais motivadas para a criação do referido grupo.

Exposição de Artesanato

No início do Verão levaremos a cabo, na sede, uma exposição de artesanato feito sobretudo por pessoas deficientes, civis ou milita-

res, tendo em vista a divulgação das suas potencialidades e aproveitando para sensibilizar as pessoas para a problemática do deficiente.

Comemorações

As datas históricas, 25 de Abril, 14 de Maio, 23 de Novembro e 9 de Dezembro serão comemoradas com um programa específico a divulgar atempadamente no «ELO».

Biblioteca

A biblioteca da ADFA, que está neste momento a ser devidamente organizada, entrará em pleno funcionamento a partir de Maio próximo, sendo possível, depois daquela data, a sua utilização por qualquer sócio interessado.

Desporto

A nível competitivo, a ADFA participará nos torneios habitualmente organizados, empenhando-se, como até aqui, na criação da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.

A nível recreativo a ADFA organizará diversas provas e torneios em todas as modalidades que dispõe.

Contamos com o apoio do Gabinete Especial do ISEF para a organização da nossa Secção Desportiva.

de quem tem o Poder, para minorar as dificuldades.

Neste quadro, impõe-se que todos os deficientes das Forças Armadas cerrem fileiras em torno da ADFA, que tanto no passado como no presente e futuro será o garante dos nossos direitos.

A ADFA será aquilo que os seus sócios quiserem, e os deficientes das Forças Armadas terão a organização que merecem.

ENTREVISTA COM SERAFIM NUNES

GRUPO DE TEATRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

SURDOS TAMBÉM FALAM E TÊM MUITO QUE DIZER

A Associação Portuguesa de Surdos existe e está bem viva e participante. Prova disso são as constantes actividades culturais em que muitas vezes está envolvida.

Um dos vectores da sua actuação aponta para a dinamização cultural dos surdos através do teatro, tal como nos disse o dirigente do seugrupo teatral desde a sua formação, Serafim Nunes.

Podem contar-se já 26 anos desde a primeira representação deste grupo que levou à cena a sua primeira peça com o nome de «A Adega dos Patacos».

Perguntámos a Serafim Nunes o porquê da formação de um grupo de surdos a fazer teatro:

Naquela época, existiam muitos grupos a fazer teatro mas nenhum era constituído por surdos. Achámos necessário que houvesse um teatro só de surdos... desde essa altura já fizemos 30 peças. O nosso teatro não é só uma arte, com ele ajudamos os surdos, dinamizamo-los, desenvolvemos a sua própria cultura.

Repertório vasto

O leque de representações levadas a cabo pelo grupo de teatro da A. P. S., é já muito vasto assim como também são vastas as suas áreas de interesse que vão da comédia ao drama.

Participando regularmente no Festival de Teatro Amador que todos os anos a Câmara Municipal de Lisboa promove, a incidência do trabalho deste grupo de teatro estendeu-se inclusivamente ao Teatro Nacional D. Maria II, com a peça «A Vida de Cristo», passando pela Biblioteca Nacional, o teatro S. Luís e a Sociedade Portuguesa de Autores.

Auto-didactismo

e trabalho de grupo

José Bettencourt é o autor de todos os textos. Os cenários e todo o trabalho que a montagem de uma peça teatral exige fica a cargo dos próprios actores:

A maneira de fazer teatro foi aprendida por nós próprios através da nossa experiência. Não tivemos um ensino especial.

Na preparação da peça todos colaboram. Alguns pintam, outros fazem os fatos (...).

De entre todos os trabalhos do grupo teatral destacamos «A Vida de Cristo», talvez a maior peça da vida do grupo, «As Bodas de Prata de Um Casal Surdo» e ainda a sua última peça que foi apresentada no Festival de Teatro Amador; «Vida e Obra de Luiz Vaz de Camões», para a feitura da qual foi concedido um subsídio de cem mil escudos da parte do Ministério da Cultura. Peça com um valor marcadamente educativo, pretendeu levar aos surdos a possibilidade de conhecer o autor de «Os Lusíadas» e a sua obra.

As actuações infantis têm também o seu lugar próprio no Grupo de Teatro da As-

sociação Portuguesa de Surdos, e exemplo recente foi a presença que amrcaram na festa de Natal da nossa Associação com um número de palhaços.

Acerca do trabalho que têm desenvolvido disse-nos Serafim Nunes:

Gostamos de trabalhar especialmente para as crianças. Pena é, que o tempo de que dispomos seja reduzido.

No entanto, as nossas peças são para as crianças e para os adultos.

Os nossos actores são inteligentes e percebem imediatamente o que se pretende.

A actualização é importante para podermos continuar o nosso trabalho.

Vou muitas vezes ao teatro e procuro introduzir no meu grupo aquilo que vejo lá fora.

Gostamos de acompanhar o que se vai fazendo porque enriquece a nossa experiência. Gosto de assistir a todo o tipo de teatro, da comédia ao drama tudo é arte.

Os nossos espectáculos, até aqui, têm sido conseguidos. O público tem sido bastante receptivo ao nosso trabalho.

Através do teatro conseguimos mostrar às pessoas que nós, surdos, somos capazes de comunicar.

Até agora o grupo de teatro da A. P. S. tem restringido as suas actuações à área de Lisboa, era bom chegarmos ao resto do país, já que temos sócios espalhados por todo o lado, mas para isso seria necessário muito dinheiro que nós não temos. Já tentámos mas não nos é possível.

Estamos dispostos a mostrar o nosso trabalho desde que nos solicitem.

Peça sobre

problemas dos surdos em preparação

Os cerca de 45 elementos inscritos no grupo estão já a pensar na apresentação de uma nova peça. Desta feita o tema está intimamente ligado aos problemas diários com que os surdos se deparam.

Falaram-nos sobre a nova peça Serafim Nunes e José Bettencourt:

Estamos a pensar numa nova peça que espelhe os problemas dos surdos.

A comunicação, a questão do emprego, a vida em sociedade, os problemas familiares (...). Talvez apresentemos esta peça no próximo Festival de Teatro Amador.

Talvez que o teatro seja a actividade cultural mais relevante da A. P. S. mas outros

caminhos estão traçados e o desporto é um deles. Os testemunhos estão ali, nas paredes das exíguas instalações da associação. Os troféus conquistados nesta ou naquela modalidade erguem-se aos olhos de qualquer observador como que querendo dizer que «nós estamos cá e somos aval suficiente para se perceber a total igualdade que os deficientes auditivos merecem ter no mundo dos homens».

Antes de concluirmos, só uma referência a mais uma iniciativa da A. P. S.: A constituição de um grupo de folclore, de que se orgulham os seus componentes e com toda a razão, já que temos

de tomar em conta o imenso esforço que realizam para conseguirem coordenar a música e a dança.

Que perspectivas para as actividades que têm sido feitas pela A. P. S.?

Serafim Nunes e José Bettencourt, entreolham-se e sorriem enquanto respondem:

Não podemos de forma alguma prever o futuro, não vamos pensar que o amanhã vai ser isto ou vai ser aquilo... Vamos só continuar a trabalhar como até aqui... Passo a passo...

Força para continuar o seu trabalho, já que os surdos também falam e têm muito que dizer... e ensinar.



CONFERÊNCIA PROMOVIDA PELA A. P. S.

SURDEZ E COMUNICAÇÃO TOTAL

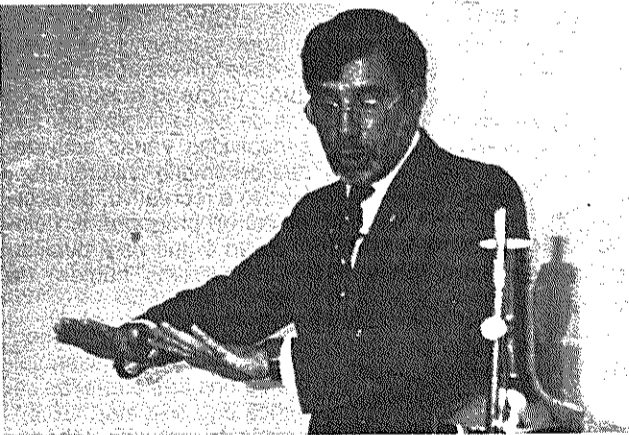
Promovida pela Associação Portuguesa de Surdos, decorreu, no passado dia 8, uma conferência dada por Albert T. Pimentel sobre os surdos na sociedade actual e a comunicação total. A. Pimentel, cidadão norte-americano de ascendência portuguesa, é médico especialista em comunicação total e secretário-geral da associação norte-americana de surdos. A conferência teve lugar no auditório do Centro de Formação dos C. T. T., tendo recebido o apoio da Secretaria de Estado das Comunicações, e contou com a presença de mais de uma centena de pessoas, tanto ouvintes como não ouvintes.

A intervenção de A. Pimentel constituiu uma demonstração de comunicação total pela dupla exposição da mesma, feita simultaneamente em linguagem oral e gestual e pôs em destaque o papel relevante que a comunicação total possui enquanto forma alargada de comunicação e enquanto é, de certo modo, a linguagem «natural» e primeira dos surdos. O texto da conferência, do qual transcrevemos em seguida importantes passagens, deu uma imagem positiva dos países discriminados, Japão, Suécia, Canadá e EUA, referindo-se no último a difusão e ensino da língua gestual, escolhida como disciplina por crianças ouvintes em muitas escolas. A situação dos pais de crianças surdas também mereceu uma chamada de atenção grande, a qual se reflectiu ao ser referida entre as «necessidades e prioridades básicas dos surdos portugueses», que A. Pimentel enumerou na conclusão da sua intervenção.

Um documentário cinematográfico e a passagem de diversos diapositivos completaram a intervenção de A. Pimentel.

Tanto a intervenção, como o documentário e os diapositivos deixam escapar uma perspectiva da reabilitação e integração social marcadas pelo modelo ame-

ricano, por uma conformação aos «modelos» instalados. Testemunham isto a insistência no exercício de uma profissão e na preparação (mesmo fictícia) para o exercício da mesma. O modo como é apresentada a quarta prioridade dos surdos portugueses «as universidades portuguesas devem estar abertas aos estudantes surdos mais inteligentes», além de redundante, é ingénuo considerar que são os estudantes «mais inteligentes» os que conseguem passar os diferentes estrangulamentos do acesso ao ensino superior, quando as estatísticas têm continua-



A. Pimentel durante a conferência

mente mostrado que são os filhos das classes mais favorecidas que praticamente acabam por preencher os «numerus clausus», como é ingénuo identificar «estudantes universitários» e «mais inteligentes», «ingenuidade» que vai permitindo a alguns pensarem em nome dos outros. Finalmente, os últimos diapositivos passados, a eleição da «miss» surda da América e a viagem da «rainha» por toda a América, explicando a problemática da surdez na América, diapositivos que tiveram a «honra» de fechar a série, entram em flagrante contradição com a afirmação quase final de A. Pimentel *como vêem, pode-se fazer muito pelas crianças surdas.*

Também as insistências na referência às necessidades de apoio da A. P. S. por parte do Estado acabaram por ser excessivas na intervenção de A. Pimentel, cidadão norte-americano, e de certo bastante inoperantes.

Em países como o Japão, Suécia, Canadá e Estados Unidos, provou-se que as crianças surdas se podem educar e tornar cidadãos, contribuindo assim para a Sociedade, através do desempenho de várias profissões e consequentemente em vários níveis de actividade. Isto não constitui tarefa fácil para nenhum país; contudo, sendo os benefícios para a Sociedade, quer em termos económicos que em termos humanos, tão grandes, é uma pena que nada se faça pelo progresso dos surdos. Os quais quando bem formados contribuem, como já se disse, para a Sociedade, provendo a própria subsistém, em vez de ser aquela a fazê-lo através dos vários tipos de assistência.

com as mães e com os outros que os rodeiam.

Os pais das crianças surdas estão, muitas vezes, agarradas ao desenvolvimento da comunicação oral e aqueles que não sabem nada de surdez vivem na angústia dos seus bebés quererem falar. O desenvolvimento da fala das pessoas surdas pode ser muito útil e importante, porém, não é a área mais útil para aprender e está muito aquém do mais importante a explorar num surdo. É muito mais importante que as crianças surdas desenvolvam a sua capacidade de ler e escrever do que a fala.

Nos EUA, a filosofia da comunicação provou que o mais útil à maioria das crianças surdas dá pelo nome de COMUNICAÇÃO TOTAL. Através desta, todas as crianças surdas têm oportunidade de captar e enviar comunicação. A COMUNICAÇÃO TOTAL é o que utilizo quando falo convosco. Utilizo o vocabulário gestual americano com as mãos e a língua americana ao mesmo tempo; isto é o que a maior parte dos professores de crianças surdas usa nas escolas para as mesmas. Esta filosofia de comunicação permite que um surdo observe as mãos e a boca ao mesmo tempo. Esta filosofia de comunicação permite que um surdo observe as mãos e a boca ao mesmo tempo. Grande parte dos sons orais produzem-se na garganta e por isso não são visíveis nos lábios. Mesmo os melhores leitores de movimentos labiais perdem muito ao tentarem ler só os lábios. É desnecessário esperar que um surdo saiba o que se está a dizer mexendo só os lábios. Quando os professores de surdos só falam e não usam a língua gestual estão a impedir que muitas crianças aprendam aquilo que poderia estar ao seu alcance. A maioria delas desiste quando não é capaz de os compreender. Uma sociedade interessada em dotar os seus filhos com uma educação adequada deve insistir para que os professores de crianças surdas comuniquem de modo facilmente perceptível a estes. Se não se fizer isto, perder-se-á tempo e constituirá uma mau serviço para elas, e dará a impressão que parecem atrasadas mentais quando a falta reside muitas vezes nos métodos de comunicação usados nas aulas. Só muitos poucos dos mais persistentes lutam quando confrontados com semelhantes obstáculos.

No Japão, Suécia, Canadá e EUA, os surdos estão numa situação privilegiada em relação aos de outros países, porque

(Continua na 8.ª pag.)

VENDEM-SE

Andares, moradias e terrenos a partir de 1500 contos em Lisboa e arredores
TEL. 607158 ou 677275

A REABILITAÇÃO QUE FAZEMOS NO PORTO (I)

Por ABEL FORTUNA

Aplaudida por muitos, criticada por outros e ignorada por alguns, vasta, tem sido a acção da Delegação do Porto no domínio da Reabilitação de Deficientes Motores.

Embora a sua expressão máxima se situe na actividade que o Centro Oficial de Melos Ortopédicos vem desenvolvendo desde 1976, outras acções foram desenvolvidas nesse domínio, nomeadamente no campo da formação profissional de técnicos de próteses e ortóteses, que mereceram a atenção de quem está atento a esta problemática.

Procurando efectuar uma reabilitação tecnicamente adequada, não menos importante tem sido a filosofia que a tem norteado, já que procura fazer de cada deficiente um sujeito do seu próprio processo reabilitacional, e nunca um objecto passivo. Por isso, importa dar a conhecer sobretudo aos sócios da ADFA, alguns aspectos mais salientes do seu funcionamento.

Saúde e não negócio

As centenas ou mesmo milhares, de amputados deficientes das Forças Armadas, que passaram pelo H. M. Hamburgo, da República Federal da Alemanha, verificaram o processo reabilitacional a que foram sujeitos a quando da colocação das suas próteses. Toda uma vasta equipa que ia desde o Director do Serviço de Ortopedia passando pelos médicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, técnicos de próteses, até ao pessoal de enfermagem, intervinha nesse processo, completando-se para que o resultado final fosse a aplicação de próteses funcionais. Assim, se constata que todo esse processo se inseria no campo da saúde, e nunca alvo de uma qualquer comercialização à custa de quem havia perdido qualquer um dos seus membros.

Em Portugal, até ao aparecimento do C.O.M.O. da ADFA, apenas o Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão no Sul do País, funcionava em moldes aproximados dos Alemães. No entanto, era manifestamente insuficiente para fazer face às necessidades dos Deficientes Militares por um lado e dos restantes Deficientes por outro, assim como a sua localização, de modo algum servia os interesses dos Deficientes Nortenhos.

Além do Centro do Alcoitão, proliferava uma vasta rede de casas privadas, funcionando em termos meramente comerciais, vendendo próteses como quem vende roupa num pronto-vestido, sem cuidar de todos os aspectos que envolvem a reabilitação de um amputado.

Foi por isso, efusivamente saudada pelos Deficientes Militares do Norte a criação do C.O.M.O. no Porto, já que nascia, adoptando uma filosofia consentânea com os seus desejos, perspectivado como um serviço de saúde pronto a aplicar as técnicas e os processos internacionalmente reconhecidos como os melhores.

Saúde e não negócio, foi o lema que os responsáveis da delegação traçaram, fazendo dele a arma para vencer todas as resistências que mesmo internamente surgiram, nomeadamente no seio dos então órgãos sociais centrais da ADFA.

O C.O.M.O. está para os Deficientes Civis assim

tava, já que era a única estrutura correctamente estruturada, no Norte.

No início de 1977 começaram a fazer-se sentir as primeiras pressões no que respeita à abertura do Centro aos Deficientes Civis e a partir de 1978 foram as portas totalmente abertas, passando a partir de então a ter o Centro um âmbito maior.

Para além dos deficientes que numa forma individual acorriam, passaram também os Serviços Públicos e Privados de Saúde a enviar os seus utentes, confiando-lhe a sua reabilitação ortoprotésica. Pode-se pois afirmar que o C.O.M.O. está para os Deficientes Civis assim como o H.M. Hamburgo esteve para os Deficientes Militares, já que a partir da altura em que passaram a beneficiar dos serviços, do C.O.M.O. da ADFA, tomaram contacto com uma nova forma de encarar o Deficiente assim como, passaram a beneficiar de novas técnicas e de materiais de qualidade na execução das suas próteses e ortóteses.

Com efeito, passou o Deficiente a ser tratado e assistido por outros Deficientes, que como ele sofriam na

como a Alemanha esteve para os Deficientes Militares. Funcionando inicialmente apenas para os Deficientes Militares, rapidamente o trabalho desenvolvido pelo C.O.M.O. foi conhecido pelos Deficientes Civis, os quais começaram a bater à porta na tentativa de encontrar a resposta que lhes fal-



Abílio Martins, D. F. A., reabilitado no Centro, após 16 anos de uma primeira e única estadia no Hospital Militar de Hamburgo-Alemanha

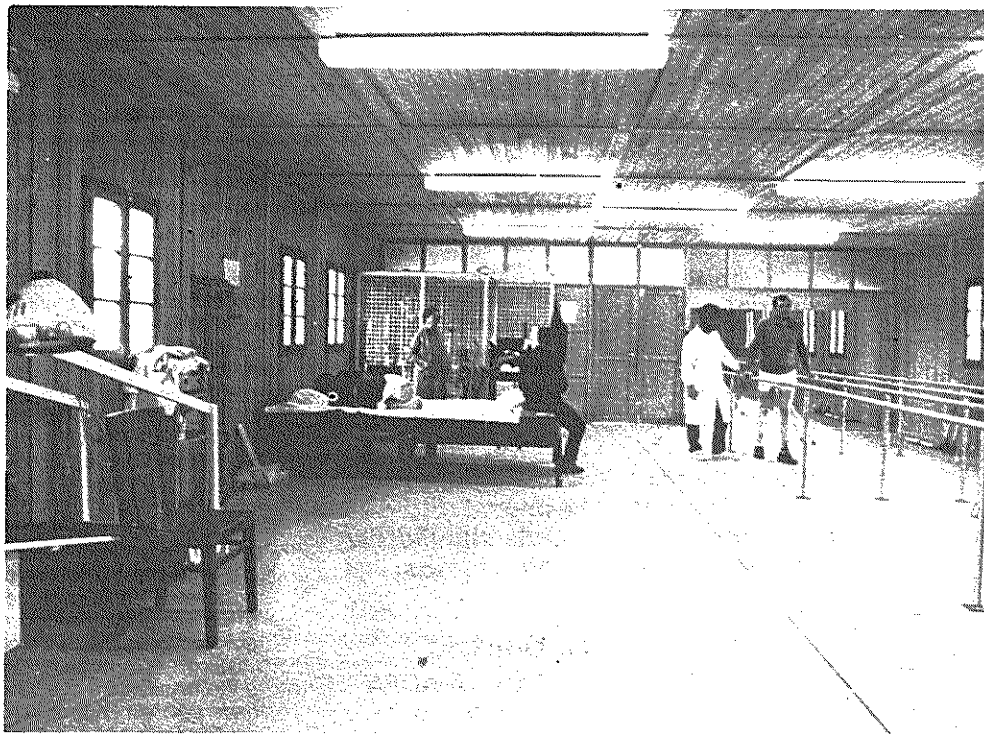
Calendário para pagamento de pensões

A Caixa Geral de Aposentações acaba de divulgar as datas previstas para o pagamento das Pensões durante o corrente ano.

No caso dos nossos associados as datas de pagamento são as que constam do calendário aqui publicado.

Chamamos a atenção para a necessidade de cada pensionista proceder à feitura da Prova de Vida durante o mês de Março.

Meses	Dia Pagamento
Janeiro	16
Fevereiro	13
Março	13
Abril	16
Maio	15
Junho	14
Julho	16
Agosto	14
Setembro	16
Outubro	16
Novemb. e Subs. Natal	13
Dezembro	16



Aspecto do Ginásio do Centro

carne o peso das suas deficiências, assim como, a ser sujeito da sua reabilitação e a ser acompanhado ao longo daquela, por uma equipa constituída por Médico Fisiatra, Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional, Técnico de próteses ou ortóteses e demais elementos que constituem o quadro do Centro.

Como se processa a reabilitação no C.O.M.O.

É objectivo fundamental do C.O.M.O. aplicar a prótese ou ortótese ao Deficiente, de forma a que o mesmo consiga obter o máximo de funcionalidade possível, pelo que terá de receber antes, durante, e após a aplicação da mesma, um tratamento terapêutico adequado.

É claro que a funcionalidade desejável tem a ver com diversos aspectos da vida profissional e social do Deficiente pelo que todos esses factores terão que ser previamente ponderados.

Assim, logo após o primeiro atendimento pelo Serviço Administrativo, é o Deficiente sujeito a uma consulta em que intervêm o médico fisiatra, o técnico terapeuta e o técnico de próteses, para análise do caso e prescrição mais adequada.

No caso do Deficiente das Forças Armadas, esta consulta decorre no H.M.R. n.º 1 do Porto, onde mensalmente se efectua uma consulta em que está presente um técnico da nossa Associação, sem que isso represente qualquer sobrecarga de custos para as Entidades Militares. Este procedimento tem sido seguido há alguns anos sem que muitas vezes tivesse sido reconhecido por quem de direito, sendo um contributo importante prestado pela ADFA, às Entidades Militares.

Ao longo de todo o processo da aplicação da prótese é o Deficiente acompanhado pela equipa acima referida que sempre que necessário intervêm na correcção de quaisquer anomalias.

Somente quando se verifica que se obteve o máximo da funcionalidade possível, da ajuda aplicada, é dada a alta ao deficiente.

É evidente que o processo de Reabilitação não se

esgota aqui, sentindo-se que as fases inerentes à Integração Social desse mesmo deficiente deveriam ser ainda acompanhadas de perto pela equipa médico-técnico-terápica, muito embora caibam dentro de outra esfera técnica. Esta lacuna poderá brevemente ser colmatada com a criação do Centro de Reabilitação e Formação Integrada do Porto, que nascerá na ampliação do actual C.O.M.O..

Um dos aspectos impor-

tantes que não foi tocado e que importa sublinhar é o papel activo desempenhado pelo deficiente em todo o processo, fornecendo à equipa de reabilitação elementos úteis. Pode-se mesmo afirmar que ele é o centro de todo o processo, pois se não estiver psicologicamente preparado para receber a ajuda mecânica, corre-se o risco de uma regressão, muito embora possa a mesma estar tecnicamente correcta.

Quadro de serviços prestados

Dão-se de seguida alguns elementos sobre o número de utentes atendidos nos diversos anos.

ANO	PRÓTESES	ORTÓTESES
1977	132	03
1978	167	48
1979	180	84
1980	243	47
1981	232	40
1982	136	37
1983	310	124
Total	1400	383

Entidades para quem o Centro prestou serviço

Indicam-se alguns dos Serviços de Saúde para quem o Centro prestou serviço

- Hospital Militar Regional n.º 1
- Hospital da Marinha
- Hospital da Força Aérea
- Hospital Geral de Santo António — Porto
- Hospital S. João — Porto
- Hospital Santa Maria — Porto
- Hospitais Distritais Diversos
- Hospitais Concelhos Diversos
- Instituto Português de Oncologia
- Serviços Médico-Sociais
- Serviços de Assistência Médico-Social dos Bancários
- Serviços de Assistência na Doença aos Servidores do Estado
- Companhias de Seguros
- Centro de Reabilitação Vocacional do Porto
- Outros Serviços de Saúde

No próximo número procuraremos dar conhecimento de casos assistidos pelo Centro Oficial de Meios Ortopédicos que merecem ser conhecidos.

VELOCIPÉDICA LOPES

de FARINHO LOPES

BICICLETAS DE COMPETIÇÃO E RECREIO

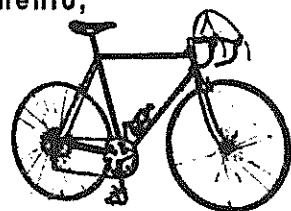
LOJA E OFICINA:

B.º do Fundo de Fomento,
Lote 61, r/c

MONTE DA CAPARICA

Telef. 2951576 — ALMADA

Descontos a sócios da ADFA e assinantes do «ELO»



10 ANOS A E DO ELO

prática do desporto para deficientes. Neste mesmo número há uma referência a um encontro desportivo realizado pela Direcção-Geral dos Desportos em que participaram representantes das delegações de Porto, Viseu, Faro e Lisboa. No n.º 79/Janeiro/80 o «Elo» refere em artigo a necessidade do desporto, onde realça a importância do Desporto em ser visto de um equacionamento quadrado não só a nível físico como por intermédio de organizações de ou para deficientes, mas também por uma dimensão esclarecedora e socialização do próprio desporto para que consiga criar uma imagem diferente da que habitualmente se tem da sua personalidade e de estar no mundo. O n.º 80/Fevereiro/80 trata dentro desta temática do papel das estruturas desportivas neste processo (as estruturas de carácter particular e de carácter oficial) onde se vê que ambos devem articular-se e envidar esforços para promover o desporto para deficientes.

Igualmente transcrito neste número os capítulos I e II dos estatutos da FPDD que consagram respectivamente a designação, sede e fins e a estrutura da Federação. No n.º 83/Agosto/Setembro/80 é dada a notícia de um concurso de pesca realizado pela delegação da ADFA em Almada. É também dada notícia da importante actividade desportiva da delegação do Porto. A ADFA para além de promover a possibilidade de praticar desporto aos deficientes contempla igualmente os seus sócios: Natação para deficientes na piscina da CM Lisboa, ministrada por técnicos da ADFA devidamente credenciados pela Federação Portuguesa de Natação.

No n.º 84/Agosto/Setembro/81 nas suas páginas do presente nas comemorações do Ano Internacional do Deficiente com principal destaque para o esforço conjunto realizado pela ADFA e Câmara Municipal de Almada para a realização de uma gincana em cadeiras de rodas em Almada. No n.º 85/Outubro/81 é referida a participação de um sócio da ADFA em França na Maratona Internacional onde obteve uma excelente classificação. O n.º 86/Novembro/81 dá notícia do encontro internacional do Algarve maior realização desportiva para deficientes realizado no país, teve lugar mais precisamente nas aldeias das Açores, participaram várias associações (entre elas: A ADFA) locais e estrangeiros, dando origem a cerca de 300 deficientes a praticar desporto durante uma semana em sã camargem. Neste número é igualmente assinalada a Prova de Ciclismo em Cadeiras de Rodas realizada a 21 de Novembro em Rossio. É ainda referido o encontro sobre desporto realizado na sede da ADFA com a presença da conhecida professora Regina Peyroteu. O n.º 87/Dezembro/81 do «Elo» noticia o grande encontro Regional de Deficientes do Distrito do Porto, realizado em 8 de Dezembro de 1981 onde as actividades desportivas foram predominantes no veículo para o convívio dos participantes.

O desporto muito mais deve ser referido, pois é uma constante e importante é que bem patente são a necessidade da componente desportiva no processo de reabilitação e das potencialidades no domínio da integração social.

para a formação da personalidade do indivíduo. A cultura dá a identidade e definição do indivíduo integrado na sociedade. Os deficientes conscientes desta realidade quiseram através das páginas deste jornal ministrar através de temas de índole cultural, uma formação e consciencialização no deficiente que lhe permitisse encarar de forma mais coerente a sua situação na sociedade. Pois é a cultura que permite ao indivíduo transformar-se em sujeito pensante, activo no desbravar dos caminhos que levam a uma sociedade mais justa. Assim, o Elo nas suas páginas deu voz activa à cultura, tanto à popular como à erudita. Contou com a colaboração de vários escritores, entre os muitos, José Cardoso Pires e Augusto Abelaira. A temática cultural deste jornal vai da prosa ao conto, de poesia ao ensaio, da temática política à apologética.

Logo no n.º 0/Nov/74 há uma página com um conto de José Cardoso Pires onde se detecta a crua realidade de um deficiente que reduzido à sua inutilidade é contudo útil, servindo de objecto de exploração, ou melhor, simplesmente de modo de vida para outros. É este o enredo, é esta a lição. O n.º 1/Dezembro/74 traz um conto de Miguel Torga em que uma visão relâmpago, mas com toda a naturalidade e profundidade trata dos problemas da guerra e do mutilado, onde apresenta uma firme realidade para uma compreensão que também tem que ser firme. No n.º 2/Janeiro/75 estão transcritos extractos do livro de Manuel Geraldo, *Sangue Negro-Sangue Branco e O Suor da Guerra* que reflectem as palavras sinceras do sentir de um soldado numa guerra a que fora levado, enganado através da arma da ignorância, do obscurantismo.

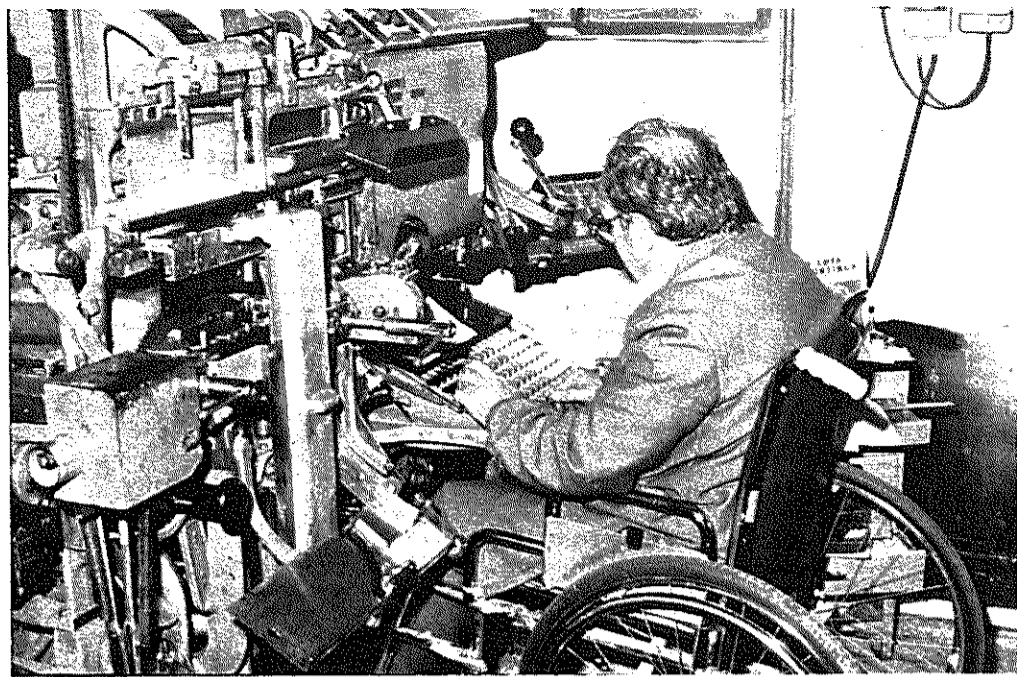
O jornal continua dentro da linha contestatária atrás referida para chegar ao n.º 25/Dezembro/75 altura onde começa a ser relevante a temática política na secção cultural do Elo, *A Revolução cultural* onde aparece um artigo sobre *Frederico Engels*, biográfico e onde se tecem considerações sobre a luta de classes na tentativa de esclarecer culturalmente que o socialismo não é uma invenção de sonhadores, mas sim a meta final e o resultado inevitável do desenvolvimento das forças produtivas dentro da sociedade contemporânea e dentro deste âmbito no n.º 26/Janeiro/76 é publicado um artigo sobre os *revoltos camponeses da Maria da Fonte* e um outro sobre o *Marxismo* como marcos históricos essenciais no processo de emancipação popular. Estes temas políticos continuam no Elo até ao 1.º Congresso da ADFA, a partir daqui e logo no n.º 30/Março/76 os artigos na página cultural são menos dramáticos, politicamente e tem uma função mais de informação do que de formação política. No n.º 31/Abril/76 há uma tentativa de

definir o que foi o colonialismo, o que é o neocolonialismo e a descolonização, mas com o carácter preponderante da informação. Continua por algum tempo dentro desta linha cultural para a partir do n.º 35/Junho/76 começa a dedicar-se à poesia como forma de metaorizar e subjectivar a realidade. É de assinalar um poema de Bertold Brecht, *O Soldado Desconhecido sobre o Arco do Triunfo*, no n.º 36 e ainda poemas de José Gomes Ferreira e de Pablo Neruda o amigo, de tantas lutas e caminhos, de Salvador Allende.

A poesia continua uma constante nas páginas do Elo. Era pois impossível referir todas as poesias registadas no Elo. Não quero no entanto deixar de mencionar o n.º 41/Out/76 onde vêm o *Operário em Construção* de Vinícius de Moraes. No n.º 42-42/Nov-Dez/76 temos 2 poemas de Fernando Pessoa, o *Mostrengo* e o *Quinto Império* e também algumas quadras soltas do poeta do povo, António Aleixo.

O Elo pretendeu levar a arte poética, como forma de transformação da vida, a todos os deficientes, através da divulgação de poetas consagrados ou não. Pois, por vezes, também o poeta desconhecido, apareceu nesta rubrica de Poesia do Elo. Refiro ainda o n.º 47/Abril/77 que traz o belo e significativo poema de Ary dos Santos, *As Portas que Abril Abriu*. Ary morreu mas continua na memória colectiva através da obra que deixou. A melhor homenagem é esta: *Era umz vez, um País, onde entre o mar e a guerra/vivia o mais infeliz/dos Povos à beira-terra/...* (ver n.º 47). Também *Camões* foi lembrado no n.º 49/Junho/77 com a transcrição de algumas estrofes da melhor epopeia, *Os Lusíadas*.

No n.º 54/Novembro/77 aparece uma nova rubrica, a *Cultura é uma Arma* dedicado às actividades da organização racista *Ku Klux Klan* que visa através da eliminação dos negros manter a supremacia branca. Está sediada nos Estados Unidos da América e estende os seus tentáculos um pouco por todo o mundo. O Elo pôs a nu o K.K.K. e condenou as suas actividades hediondas. No n.º 55/Dezembro/77, esta rubrica é dedicada a um País dos mais antigos, a Grécia, a Mãe da Cultura Europeia. O Elo tentou mostrar através das componentes, geográfica, literária, histórica e outros aspectos do mundo grego as influências orientalizantes que proliferam na Europa e em especial em Portugal. Esta rubrica continua abordando os mais variados temas, desde o tacer considerações sobre a existência ou não existência da ATLÁNTIDA, até um artigo sobre o III Reich, passando pela análise dos *Resultados e Remodelações dos Séculos XIV e XV*. No n.º 63/Agosto/78 é iniciada outra rubrica, *O Saber não ocupa lugar*, dedicada à *História de Roma*, aos momen-



Tipografia da ADFA onde o «Elo» já foi composto e impresso durante vários anos

tos altos e baixos da capital do mundo na antiguidade.

As rubricas, a *cultura é uma arma* e a *página cultural* durante bastante tempo, mas não se trata de verificar qual a rubrica que mais tempo durou e sim realçar o facto de a cultura ter sempre merecido um lugar nas páginas deste jornal.

Dentro do âmbito da temática apologética há a destacar o n.º 84/Outubro/80 dedicado a *CAMÕES* por altura do 4.º centenário da sua morte. Neste artigo estabelece-se um paralelo entre Camões e os deficientes das Forças Armadas, pois também ele ficou deficiente ao lutar, forçado, para Fase Final do império.

No n.º 119/Março/84 iniciou-se na página da cultura uma rubrica dedicada aos deficientes célebres com o objectivo de dar a conhecer a vida de alguns deficientes que apesar da deficiência conseguiram ultrapassar esse obstáculo, afirmando-se de forma notória na transformação da Sociedade. Este 1.º artigo foi dedicado ao marquês de Sá da Bandeira, o português mais ilustre do seu século, segundo Alexandre Herculano.

Também a História de Portugal tem merecido a atenção da página cultural do ELO, vindo um artigo sobre a Revolução de 1640 a ser publicado no Elo n.º 113. A representação da peça de teatro *Filhos de Um Deus Menor*, encontrou o maior acolhimento e atenção por parte do ELO, que lhe dedicou um amplo espaço, dado tal peça pôr em cena, pela primeira vez nos palcos portugueses, a problemática da deficiência (Elos n.º 123 e 124).

Em suma, foram os números referidos ao longo deste artigo que constituem a nomenclatura cultural deste jornal e que patenteiam a preocupação da ADFA em contribuir para a formação cultural dos seus associados, através do Elo.

6 — EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA DEFICIENTES

Na sociedade contemporânea o homem não pode de maneira nenhuma prescindir da estreita cooperação para uma evolução harmoniosa. No que diz respeito à reabilitação do deficiente, também essa cooperação é necessária, pois implica complexos centros e um conjunto de técnicos actualizados dispostos a colocar o melhor de si em tal tarefa para que seja possível ao deficiente integrar-se na sociedade e singrar na vida.

É neste âmbito que se inscreve a *educação especial para deficientes* que desde o início da formação da ADFA até agora tem sido assunto bastante discutido. Nas páginas do ELO essa preocupação com a necessidade de educar o deficiente está bem patente, contudo não irei aqui referir todos os

números do jornal que tem abordado tal assunto (pois é uma constante) mas apenas os mais significativos.

Logo nos n.º 10 e 11/75 aparece um artigo sobre os *aspectos psicológicos e sociológicos na integração comunitária do Deficiente* onde está reflectida a necessidade de criar condições próprias devidamente estruturadas em função do deficiente de forma permitir uma sofrível integração social. Uma das condições a priori é precisamente a educação especial. Este artigo foi a rampa de lançamento para o desencadear de todo um processo laboral em prol da luta pela implantação da educação especial.

No n.º 46/Março/77 há um artigo sobre a década da reabilitação (1970-1980), proclamada em 24 de Setembro de 1970 pela organização internacional *Rehabilitation International* focando a falta de apoio especial aos 450 milhões de deficientes no Mundo. Para além do apoio educacional necessário e urgente para transformar estes 450 milhões de indivíduos, válidos materialmente à sociedade e a si próprios.

No n.º 62/Julho/77 o ELO dedica um artigo ao *ensino para deficientes na Suécia* como exemplo daquilo que é neces-

sário fazer em Portugal. Na Suécia há escolas próprias para crianças e adultos portadores de deficiência, equipadas com a tecnologia e técnicos necessários à prossecução desse ensino especial, sendo tudo isto financiado pelo Governo.

O n.º 63/Agosto-Setembro/78 volta a tratar de forma profunda a educação especial um artigo sobre o ensino para deficientes na União Soviética, onde o financiamento tal como na Suécia é feito directamente pelo Estado e administrado pelos serviços da Educação Nacional. O Elo continua a mencionar incisivamente a necessidade da criação de um instituto de educação e ensino especial em Portugal. Assim o n.º 69/Março/79 noticia a discussão generalizada na Assembleia da República do projecto-lei que prevê a criação de um instituto de educação e ensino especial.

O n.º 76/Outubro/79 publica a lei sobre educação especial, lei 66/79 referindo que talvez desta vez o Estado assumirá as suas responsabilidades para com os deficientes. Esperanças infundadas. Estamos em 1984, 5 anos passados e nada de substancial ou verdadeiramente satisfatório tem sido feito.

DOMINGOS BOIEIRO

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

APDP — Associação Portuguesa dos Diabéticos de Portugal n.º 129/130 Nov. 1984.

Vale a pena ler os artigos deste número que se referem essencialmente à prevenção da doença nomeadamente da cegueira por diabetes ainda *A Alimentação Racional na Promoção da Saúde*.

JORNAL DO EXÉRCITO — n.º 300 de Dez. 1984
Comemorou este periódico as suas «bodas de prata» em Dezembro de 1984, os nossos parabéns!

De realçar neste número *O Fim da Colonização Portuguesa no Quadro da Política Internacional de Salgueiro Maia*.

JORNAL DOS REFORMADOS — N.º 120 de Nov. 1984.

JORNAL DO CORAÇÃO — N.º 6 Out. 84.
Este número incide especialmente acerca dos malefícios do tabaco e as doenças do coração.

CAMPISMO — N.º 12 6.ª série de 1984.

MINUSPORT — N.º 58 de 1984 este periódico da Federação Espanhola de Desportos para Deficientes foca particularmente neste número a actividade que se tem desenvolvido nos últimos dezasseis em matéria de basquetebol para deficientes.

BOLETIM INFORMATIVO DA CNAD — N.º 10 de Out. 1984

Destacamos o «Editorial» e um resumo da entrevista com dirigentes da CNAD publicada no último Elo.

MAIS ALTO — N.º 232 Nov/Dez. de 1984.

FSM — N.º 12 de Dez. de 1984.



Secretaria da sede da ADFA

DO ELO EA 10

AS DA ADFA E

ADFA em manter contactos com outras organizações de âmbito idêntico para aquisição de conhecimentos e cooperação de forma a resolver satisfatoriamente a problemática do deficiente. É impossível referir e analisar no limitado espaço de um artigo todos os contactos que a ADFA teve a nível internacional, assim para evitar a dispersão é bem mais útil focar apenas as relações mais significativas.

No n.º 23/Novemb./75 há um artigo sobre a reabilitação na Alemanha que traduz a preocupação da ADFA em olhar o que vai no exterior para aprendizagem dos modelos aí utilizados e para noticiá-los aqui nesta terra, esperando que venham a ser implementados e aplicados. Na mesma linha o n.º 44/Janeiro/77 traz um artigo onde dá a conhecer aos leitores o que na Inglaterra se faz em prol da reabilitação (ver N.º 45, p.p. 4 e 5).

O N.º 76/Out./79 continua a noticiar os encontros, reuniões, o intercâmbio de conhecimentos.

No n.º 76/Out./79 há referência à presença de elementos da ADFA no encontro Mundial de ex-combatentes para o desarmamento, que teve lugar em Roma de 18 a 20 de Outubro de 1979. Isto é um dos importantes indicadores das relações internacionais da ADFA.

Em 1981 (n.º 95) esteve uma delegação alemã do Hospital Militar de Hamburgo (composta por pessoal médico e paramédico) na ADFA. O n.º 98/Janeiro/82 refere o encontro no Algarve entre a PHAB e ADFA. A PHAB (Physically Handicapped and Able Bodie) é uma organização inglesa cujo objectivo e directrizes fundamentais é a integração do deficiente na sociedade. No n.º 103/Julho/82 a ADFA formula o pedido de admissão na Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC) que veio a ser aceite. Assim o n.º 113/Agost.-Setemb./83 noticia a 1.ª visita do secretário-geral da FMAC a Portugal.

No âmbito das relações do Centro Oficial de Meios Ortopédicos com o Fundo Mundial de Reabilitação, foi noticiada a vinda a Portugal do Presidente da mesma fundação (Elo n.º 118).

A realização do XV Congresso da Rehabilitation International em Lisboa, constituiu oportunidade para a ADFA e o Elo voltarem a sua atenção para o panorama internacional no domínio da reabilitação surgindo os seguintes artigos: um Congresso dirigido à sociedade, ignorado pela sociedade. A Deficiência está nos olhos dos outros (Elo n.º 123). Na Sociedade Pós-Industrial a Integração Social dos Deficientes Poderá ser Mais Fácil (Elo n.º 124). A Integração Social dos Deficientes à luz do Pensamento (Elo n.º 125).

Tudo o que foi referido reflecte o interesse da ADFA no conhecimento da forma como a reabilitação e integração social do deficiente é processada noutros países, não para copiar modelos, mas sobretudo para cimentar a necessidade de uma verdadeira política de reabilitação com a dimensão e profundidade adequada à nossa realidade socio-económica.

5 — DESPORTO

O desporto para deficientes é sem dúvida uma das formas válidas de recuperação, de reabilitação, não só pela preparação física que ministra no corpo mas também pelo convívio que possibilita a quem o pratica em grupo. Dentro deste âmbito também o «Elo» dedica habitualmente um espaço às activi-

dades desportivas levadas a cabo pela ADFA e a outros acontecimentos desportivos de interesse a nível nacional e mundial.

Logo no n.º 3/Jan./75 o «Elo» dedica a sua 1.ª página ao Desporto, onde acusa todos as formas de exploração conseguidos através das movimentações desportivas. Foca o caso do futebol, acusando-o de uma indústria de exploração fomentada através dos Mass-Média provocando uma alienação nas massas que por vezes preferem ao futebol a alimentar-se condescendentemente em termos intuitivos. Foca também a competição desmedida que há no desporto onde serão praticados as mais arditas jogadas. A ADFA defende o desporto praticado livremente por todos, sem marginalizações. Refere igualmente o abandono a que o deficiente sempre esteve votado neste sector. Para amenizar esta situação o «Elo» sempre dedicou uma atenção especial ao desporto como meio auxiliar de reabilitação com vista à integração do deficiente. Assim aparece no n.º 33/Abril/76 um artigo dedicado aos Deficientes e o Desporto que se baseia na análise de um artigo da revista *Correio da UNESCO, A Olimpíada dos Paralímpicos* onde se realça a necessidade de exercitar o corpo de forma a combater o tédio da vida em hospital. O desporto é muito mais importante para o portador de deficiência física ou mental do que para o homem sã.

No n.º 39/Agosto/76 surge um artigo de 1.ª páginas dedicado aos Jogos Olímpicos na cidade de Toronto que decorreram paralelamente aos de Montreal. A televisão e a Imprensa não dedicou atenção nenhuma à participação dos Deficientes. Refere este número também que a existência de jogos desportivos para deficientes é de 1960, iniciados pela mão de Sir Ludwig Guttmann — considerado o Pai dos Jogos Olímpicos para deficientes.

O «Elo» n.º 46/Março/77 trás uma página desportiva onde se lê — *Desporto na ADFA — Em Portugal pela primeira vez os deficientes praticam desporto. A ADFA através de uma iniciativa semeada de dificuldades, lança os fundamentos da prática desportiva para deficientes entre os seus associados.* Prática esta que vai desde o Futebol, Basquetebol, Natação, passando pelo Xadrez, Ténis de Mesa, Bilhar, até ao Tiro ao Arco.

O n.º 50/Julho/77 anuncia a realização em Lisboa de 26 de Setembro a 1 de Outubro um seminário de desporto e tempos livres para deficientes. É igualmente referido neste número a fase de arranque de desporto para deficientes na Direcção-Geral de Desportos.

No n.º 53/Outubro/77, são expostas as conclusões do seminário de desporto e ocupação dos tempos livres dos deficientes. No n.º 58/Março/78 é referida a grande campanha de sensibilização em prol do desporto. O n.º 61/Julho/78 dedica um artigo às delegações da ADFA em Évora e Coimbra pela realização de importantes convívios desportivos.

O n.º 74/Julho/79 do «Elo» volta a trazer a lume o problema da Federação Portuguesa de Desportos para Deficientes, onde apresenta as propostas de trabalho elaborado pela ADFA com vista à criação da Federação de forma a ser planeado e promovido o desporto para deficientes, dentro e fora do território nacional. O n.º 75/Agosto/Setembro/79 anuncia o projecto de estatutos da FPDD reconhecendo prioritariamente a dinamização, organização, orienta-

ção e prática do desporto para deficientes. Neste mesmo número há uma referência a um encontro desportivo realizado pela Direcção-Geral dos Desportos em que participam os representantes das delegações do Porto, Viseu, Faro e Lisboa. No n.º 79/Janeiro/80 o «Elo» volta a referir em artigo a necessidade do desporto, onde realça a urgência do Desporto em ser feito de um equacionamento enquadramento não só a nível local como por intermédio de organizações de ou para deficientes, mas também por uma dinâmica esclarecimento e conscientização do próprio deficiente para que consiga criar uma imagem diferente da que habitualmente e de um modo geral tem da sua personalidade e maneira de ser e estar no mundo. O n.º 80/Fevereiro/80 continua dentro desta temática quando o papel das estruturas do desporto neste processo (as estruturas de carácter particular as de carácter oficial) onde se vê que ambos devem articular-se no envidar esforços para incrementar o desporto para deficientes.

É igualmente transcrito neste número os capítulos I e II dos estatutos da FPDD que consistem respectivamente a designação, sede e fins e a estrutura da Federação. No n.º 83/Agosto/Setembro/80 é dada a notícia de um concurso de pesca realizado pela delegação da ADFA em Coimbra. É também dada notícia da importante actividade desportiva da delegação do Porto. A ADFA para além de oferecer a possibilidade de praticar Desporto aos deficientes procura contemplar igualmente os interesses dos sócios: *Natação para filhos dos sócios na piscina da CM Lisboa, ministrada por um técnico da ADFA devidamente credenciado pela Federação Portuguesa de Natação.* No n.º 94/Agosto/Setembro/81 dá nas suas páginas do desporto presente nas comemorações do *Ano Internacional do Deficiente* com principal destaque para o esforço conjunto realizado pela ADFA e Câmara Municipal de Almada para a realização de uma gincana em cadeira de rodas em Almada. No n.º 95/Outubro/81 é referida a participação de um sócio da ADFA em França na Maratona Internacional onde obteve uma excelente classificação. O n.º 96/Novembro/81 dá notícia do encontro internacional do Algarve, a maior realização desportiva para deficientes realizado no nosso país, teve lugar mais precisamente nas aldeias das Açórcas, participaram várias associações (entre elas: A ADFA) nacionais e estrangeiros, dando um total de cerca de 300 deficientes a praticar desporto durante uma semana em sã camareagem. Neste número é igualmente assinalada a Prova de Gincana em Cadeiras de Rodas realizada a 21 de Novembro no Rossio. É ainda referido um diálogo sobre desporto realizado na sede da ADFA com a presença da conhecida professora Regina Peyroteu. O n.º 97/Dezembro/81 do «Elo» noticia o grande encontro Regional de Deficientes do Distrito do Porto, realizado em 8 de Dezembro de 1981, onde as actividades desportivas foram predominantes como veículo para o convívio entre os participantes. De desporto muito mais haveria a referir, pois é uma constante, contudo o importante é que ficou bem patente são a necessidade da componente desportiva no processo de reabilitação e suas potencialidades no domínio da integração social.

6 — CULTURA

A cultura é um dos factores principais, senão o principal,

CULTURA

DEFICIENTES CÉLEBRES

SANTO INÁCIO DE LOIOLA FUNDADOR DA COMPANHIA DE JESUS

Santo Inácio de Loiola, nasce em Azpeitia, distrito de Guipizcoa, na antiga provincia de Biscaia, Espanha, no ano de 1491. Filho de Beltrão Yañez de Oñez e Loiola e de Marina Salny de Licona, que tinham já 10 filhos (7 rapazes e 3 raparigas), Inácio (1) era o oitavo rapaz desta família da velha nobreza basca. Depois de uma educação rápida e superficial, inicialmente, quando da morte da mãe é entregue aos cuidados de uma tia, D. Maria de Guevara, que habitava em Arévalo, perto de Ávila, daqui passa para a escola de pajens do rei Fernando, o católico, frequenta a corte, onde nutre uma paixoneta por uma princesa, da qual a história nos oculta o nome. Esta aliança na impossível, como fuga, dá os primeiros passos na vida das armas, sem pensar ainda nos caminhos da religião.

Ferido em combate

A viragem na vida de Loiola, inicia-se em 20 de Maio de 1521 na Batalha de Pamplona contra os franceses que pretendem conquistar Navarra, quando sofre ferimentos nas pernas, contusões na esquerda e quebra da direita. Nesta altura já Inácio era comandante de Companhia. Apesar da bravura e coragem destes soldados espanhóis, personificados em Inácio, não foram suficientes para conter o exército francês, numericamente superior. A Companhia capitulou. Inácio é transportado ao quartel-general dos franceses, para

seus companheiros e começa a trabalhar no projecto de formação da Companhia de Jesus. Depois de pregações dos seus discípulos por toda a Itália, e de missas proferidas por Inácio em Roma, o que lhe dá prestígio e valorização sacra, decide em 1539 redigir a «FORMULA INSTITUT» primeira obra com as directrizes para a constituição da Ordem, que vem a ser definitiva.

A criação da Companhia é aprovada pelo Papa Paulo III em Setembro de 1540, vindo Inácio a ser eleito por unanimidade pelos seus discípulos e seguidores para o cargo de Geral e Mestre incontestável da Companhia. Inicialmente a Companhia estava limitada a 60 membros encarregados de fazer expandir os ideais da Ordem, mas como o Papa considera de importância vital o trabalho da Companhia no campo da missão e como força armada da Igreja, emite uma bula em 15 de Março de 1543, consignando que a expansão da Companhia passava a ser ilimitada, o que leva ao recrutamento de fiéis crentes e à entrada livre de todos os que com a Companhia estivessem ideologicamente de acordo. Assim, em 1556, quando em Roma morre o seu fundador, conta já nas suas fileiras um milhar de membros, estende-se por 12 provincias e conta com 72 residências e 79 colégios. Mesmo com o fundador e ideólogo morto, a Companhia continua a expandir-se, assente em sólidas bases e com fortes apoios das altas instâncias religiosas.

S. Inácio vem a ser canonizado em 1622 e em 1922 é proclamado pela Igreja patrono de todos os exercícios espirituais.

O papel da Companhia

A finalidade da criação da Companhia era essencialmente a conversão dos heréticos, ou melhor, prestar serviço à Igreja para refrear a vaga crescente do protestantismo que se apresentava ameaçador para os principais valores ético-religiosos que serviam de sustentáculo espiritual à Igreja. Esta é a justificação mais clarificadora da sua criação.

Esta Ordem religiosa camuflada pela missão missionária ismiciava-se em todos os assuntos políticos que podia. Sempre procurou exercer influência nos negócios públicos e mundanos, de forma a colher uma boa maquia que lhe permitisse sustentar economicamente as muitas pessoas que a constituíam e para ela trabalhavam. Os jesuítas foram por muitos acusados de se servirem da Companhia como meio político, como instrumento de subversão dos mais fracos económica

e politicamente, contudo há que fazer a distinção entre a Companhia e a Inquisição: A Companhia, principalmente no período seiscentista, toma conta do ensino, fomentando-o e promovendo a actividade cultural, mas sujeito às suas próprias normas de conduta, ministrava o ensino de forma empenhada como táctica de luta contra a heresia e contra o espírito da reforma; em contrapartida, a Inquisição actuava através da força, da repressão e da morte contra todos os que não estivessem de acordo com a Igreja. A brutalidade, a desumanidade da Inquisição está patente na História pela perseguição e execução dos judeus.

Quem mais sofreu com a Inquisição foram sem dúvida os judeus, que sentiram na pele a tortura e a fogueira até à morte.

Presença em Portugal

A Companhia chega a Portugal na Primavera de 1540/41 pela mão de Simão Rodrigues e de Francisco Xavier, com vista à evangelização da Índia e dos países colonizados.

Por esta missões recebiam em troca dinheiro e poder, o que lhes permite implantarem-se em Portugal de tal forma, que, no tempo do Marquês de Pombal, devido ao poderio económico e à concorrência política que faziam ao Estado, o Marquês decide tomar uma série de medidas com vista à expulsão dos sete jesuítas, o que acaba por acontecer. O Marquês de Pombal põe fim à actividade da Companhia em Portugal.

De qualquer maneira, pelos ataques violentos, pelas amizades e sucessos que a Companhia sofreu e conheceu, resta salientar que é de interesse para o conhecimento da história do cristianismo e de outras convulsões religiosas.

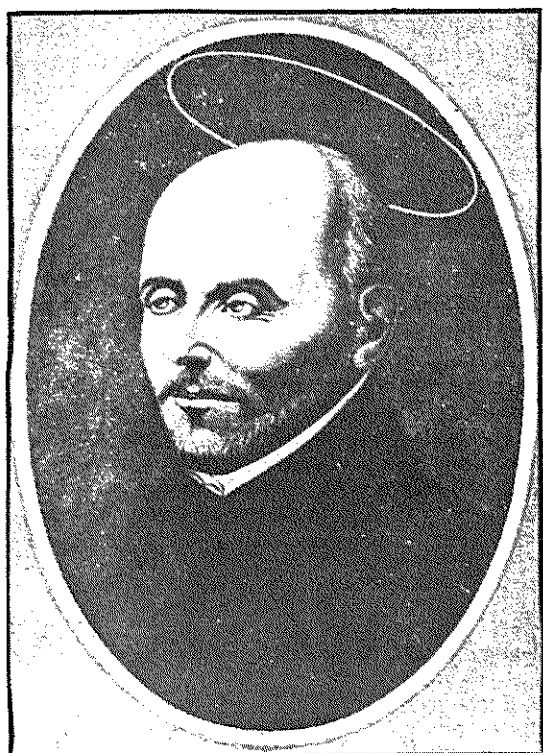
NOTAS:

(1) No baptismo é-lhe imposto o nome de Ínigo, que mais tarde troca pelo de Inácio.

BIBLIOGRAFIA — VER:

— DAURIGNAC, J. M. S., *Santo Inácio de Loiola*, trad. Manuel da Fonseca, 4.ª ed. Porto, Liv. Apostolado da Imprensa, 1958.
— *Encyclopaedia Universalis*, vol. 9, «Jésuites», pp. 423/426.
— *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 14, «Jesuítas», p. 216.
— *Dicionário de História de Portugal*, vol. II-MA, pp. 578/600.

Domingos Boeiro



ali receber o primeiro tratamento, não como vencido, mas como um bravo que se batera valente e dignamente. Os franceses tratam-no com os maiores cuidados e respeito. É depois levado para o solar familiar, a fortaleza de Loiola, onde continua o tratamento, mas apesar de todos os esforços envidados não conseguiram evitar que Inácio um dos mais galantes da corte e dos preferidos pelas damas pelo seu porte e inteligência ficasse coxo, com problemas de movimentação em ambas as pernas, mas com maiores dificuldades na perna direita.

Início da conversão

É durante esta convalescença dolorosa que se inicia a conversão. Neste período ocupa o tempo com a leitura de obras de carácter religioso que o influenciam bastante. Inflamado pelos exemplos dos actos praticados pelos santos, decide consagrar-se inteiramente a Deus. Faz uma peregrinação a Nossa Senhora de Montserrat (1522) fixando morada em Manresa, pequena vila próxima de Montserrat, onde se coloca voluntariamente ao serviço do hospital local. É aqui que Inácio escreve a primeira versão da obra «Exercícios Espirituais», uma espécie de manual de preparação espiritual.

Passa um ano em Manresa e parte para visitar vários lugares santos (1523), vindo a decidir recomeçar os seus estudos, já com mais de 30 anos. Frequenta primeiro a universidade de Salamanca, e de 1528 a 1535 a Universidade de Paris. Nesta altura era já acompanhado por alguns amigos nas suas andanças (Francisco Xavier) vindo alguns a serem seus discípulos anos mais tarde. Ainda quando estudante em Paris já manifestava publicamente as suas ideias em defesa de uma moral cristã. Acaba os estudos e projecta e ir em missão à Palestina para se consagrar à tarefa de cristianização, o que não vem a realizar-se devido à guerra que se desenrolava contra os turcos naquelas paragens.

Fundação da Companhia

Em 15 de Agosto de 1534, Inácio e seus companheiros colocam-se à disposição do Papa, indo para Roma com os



CINEMA NA ADFA

De acordo com o programa de actividades para o ano de 1985, desenvolveremos várias iniciativas, aos sábados de tarde, na Sede da ADFA, tendo em vista criar um espaço de convívio na nossa Associação, ao fim de semana.

Como se refere no resumo do programa aqui publicado, todos os primeiros sábados de cada mês será projectado um filme devidamente seleccionado, pelo que do nosso plano cinematográfico realçam filmes de qualidade que foram grandes êxitos nos cinemas comerciais.

Dia 2 de Fevereiro:

Assim, dando início à nossa programação, vamos começar com um filme cómico «O carocha mais louco do mundo», cuja projecção terá início às 15.30 horas, no Salão Nobre da ADFA.

Os interessados em assistir ao filme, não necessitam de se inscrever, bastando deslocar-se à ADFA apenas no referido dia depois do almoço.

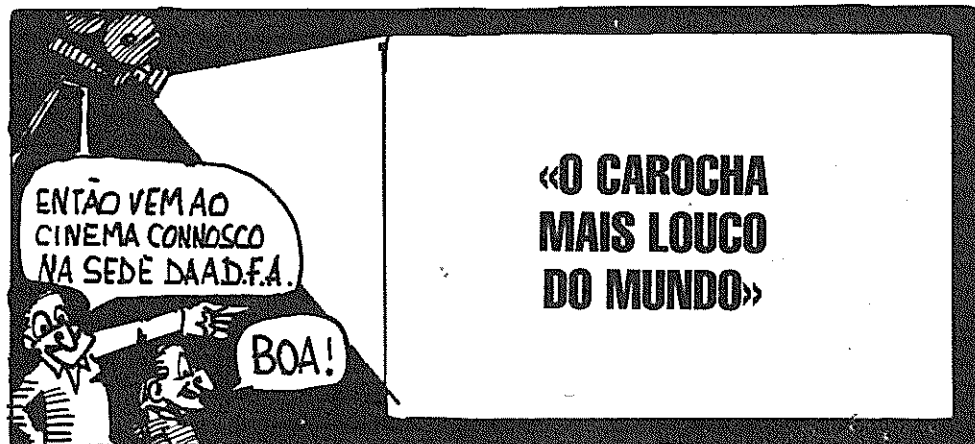
Argumento do filme

Um pequeno orfanato suíço enfrenta um grave problema devido à falta de fundos para a sua manutenção.

Duas freiras possuem um singular Citroen 2 cv que Jimmy, mecânico engenhoso, possui um carocha ao qual adaptou um computador que lhe permite torná-lo o carro mais diabólico do mundo.

Jimmy e as freiras decidem participar num «rallye», cujo aliciante prémio é de cem mil francos.

O resto, só vendo o filme!!!



DESPORTO

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTO PARA DEFICIENTES NA FASE FINAL DA CRIAÇÃO DA FPDD DEFICIENTES CORTAM A META JUNTOS

Federação Desporto para Deficientes.

Uma das nossas grandes reivindicações é a total participação e igualdade, lema adoptado pela ONU para o Ano Internacional do Deficiente.

Assim, os deficientes portugueses começam a exercer tal direito, que é também uma obrigação, pois no campo dos princípios seria errado só levantar as questões e demitir-se de equacioná-las, atitude ou mentalidade ainda reinante em alguns deficientes portugueses.

Concretamente a ADFA tem assumido em pleno tal filosofia, que pela sua prática tem vindo a produzir efeitos assinaláveis e que são do conhecimento geral, no plano da integração dos deficientes.

Prosseguindo e reafirmando sempre a vontade de lutar para ser igual numa sociedade, que nos impõe ainda um rótulo que subverte toda a concepção atrás enunciada, lançámos a proposta de ser criada uma estrutura que na área desportiva coordene e planifique as actividades de desporto, já lá vão cerca de cinco anos. Talvez muitos nos tenham apelidado de incapazes, de precipitados ou pouco inteligentes, em suma, de promover mais um ghetto para os deficientes.

Tal polémica, para nós ADFA, nem sequer foi ocasião de desânimo, mas sim pelo contrário motivou o nosso comprometimento em lutar para pegar nas nossas mãos tal desafio, que se vai manter vivo por muitos anos.

Nesta sociedade de competição, bem conhecida por nós, por vezes é necessário reflectir, ganhar tempo e depois evoluir no sentido de não perder os objectivos a atingir, neste caso a criação da Federação Portuguesa

de Desporto para Deficientes (FPDD). Muitos se pasmavam, teciam críticas desencorajadoras, criavam obstáculos, e até gente, que se diz de peso, tentava por palavrinhas convencer-nos para não irmos até à meta.

Este projecto está à partida imbuído dum espírito colectivo. Quería isto significar que temos em comum muitos problemas. Portanto as soluções só por nós serão encontradas, neste complexo mas dinâmico processo. Muitos deixaram de acreditar, mas nós que renegamos o imobilismo, e renunciamos à luta utópica por soluções ideais, sempre estivemos neste acoso combate de ideias, por muitos encarado como inútil até por vezes desprestigiante. Pensamos que o confronto valeu pela vontade e determinação dos deficientes, representando as suas organizações! Valeu porque afinal provamos que na base das nossas afinidades, superando divergências teóricas foi possível reunirmo-nos à volta da concretização de soluções que são um avanço na prática, fruto da luta conduzida pelos deficientes, pelas nossas energias, num passo que não abandonou a determinação de conquistar a igualdade total. Há aqui uma filosofia que sugere uma nova e profunda alteração de mentalidades: reunirmo-nos e fazermos as coisas com as nossas próprias mãos.

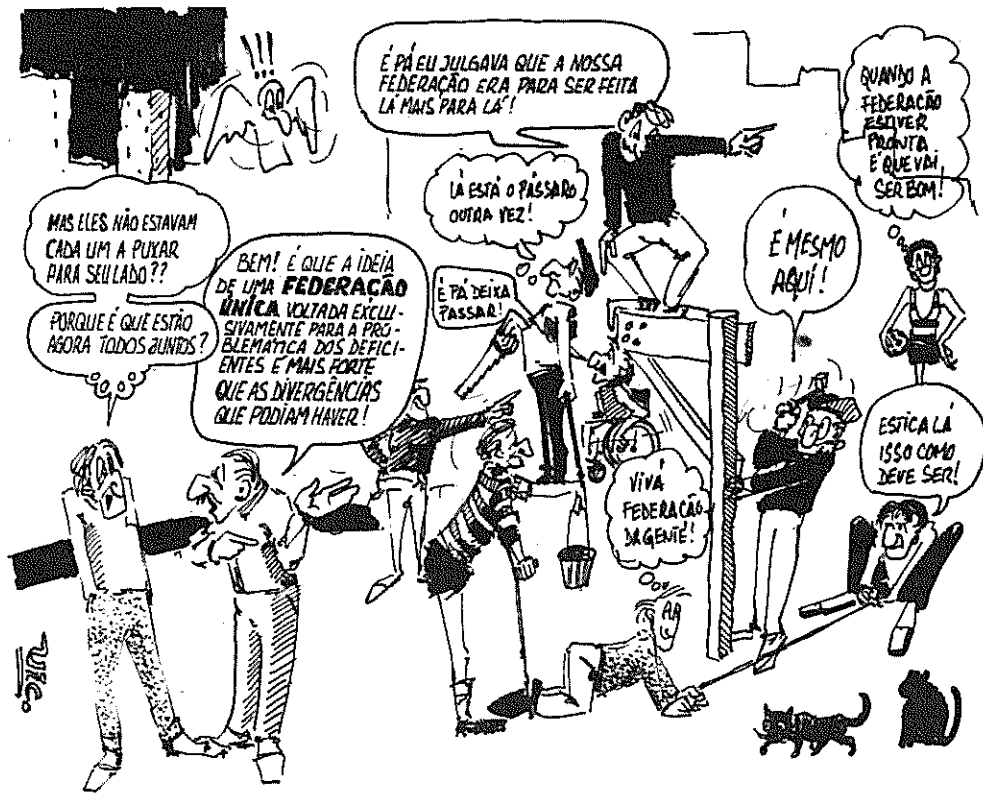
Pensamos que quando em Outubro nasceu a Comissão Instaladora (CI) da FPDD, nos novos moldes estatutários, depois de grande discussão e participação dos deficientes, ninguém jamais duvidou que esta aposta se tornou uma realidade e as adesões começaram a confirmar, só beneficiando com esta concretização os deficientes.

A Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes já tem Comissão Técnica na sequência dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Instaladora da FPDD, e conforme o preceituado nos estatutos, artigo 8.º, deve ser eleito um órgão denominado Conselho Técnico. A reunião realizada no passado dia 9 do corrente, expressamente convocada para a criação da Comissão Técnica provisória, registou bastantes presenças: ADFA, Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, Associação de Pais e Amigos para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas, Associação de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais, Clube Recreativo «Joanitas», Associação Portuguesa de Deficientes, Associação de Cegos Luís Braille, Liga Portuguesa de Deficientes Motores, Cooperativa de Apoio a Deficientes (CNAD), e o recém fundado Clube Desportivo os «Galgos».

Esteve presente, a título de observador, o Gabinete de Educação Especial do ISEF.

Justificaram os seus impedimentos: a Associação Portuguesa de Surdos e a Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes Autistas. Foram dadas informações sobre o ponto da situação da FPDD aos presentes, após o que houve diversas intervenções. Salientam-se as da APD e da Associação de Cegos Luís Braille, pelo seu conteúdo inovador, tendo ambas reafirmado a importância e interesse da FPDD. No segundo ponto da agenda estava a eleição da Comissão Técnica, tendo-se procedido à enumeração dos seus objectivos e competências após o que se acordou em se proceder à sua eleição.

Por unanimidade, foram



eleitos os membros da Comissão Técnica: Mário Melo, Regina Mirandela da Costa, Isabel Martins, Conde Botelho e Jorge Carvalho.

A primeira reunião da Comissão Técnica foi marcada para o dia 15 de Janeiro pelas 18.30 horas, na Sede provisória da FPDD.

Reunião entre Comité Olímpico Português e FPDD

Comité Olímpico Português e FPDD reuniram no passado dia 8 de Janeiro na Sede do (COP) Comité Olímpico Português, pelas 18 horas, por iniciativa do mesmo. O COP procedeu a uma alteração estatutária com vista a uma actualização em conformidade com os restantes Comités Olímpicos existentes; assim este organismo passará também a contar com um membro que

seja representante dos deficientes, na área do desporto. Pensamos que em relação aos deficientes — fruto do seu empenhamento, começam a emergir uma verdadeira e conscientes sensibilização o que em nosso entender será uma grande responsabilidade, mas que

os deficientes enquadrados na FPDD saberão com dignidade responder.

A próxima reunião com um representante da FPDD terá lugar no próximo dia 25 de Janeiro com o objectivo de preparar a Olimpíada de Seul, a realizar na Coreia em 1988.

APRENDA XADREZ

Avisam-se todos os sócios que desejem aprender a jogar xadrez que o poderão fazer todas as quintas-feiras das 17 às 19 horas, na nossa sede. As aulas decorrerão na biblioteca e contam com o apoio do mestre Vasco Santos e do nosso sócio federado na Federação Portuguesa de Xadrez, Viana.

A estas aulas poderão vir todos: quer joguem muito bem, quer não saibam tão pouco movimentar as peças, uma vez que o objectivo é lançar um movimento de convívio em volta da modalidade.

BASQUETEBOL TORNEIO DA DGD

No passado dia 5 de Janeiro, no Estádio Universitário decorreu a 2.ª jornada do torneio da DGD cujos resultados foram os seguintes:

«GALGOS», 20; ADFA, 51; CMRA, 39 e «JOANITAS», 32.

A ADFA e o CMRA lideram o torneio ambos com 4 pontos.

3.ª jornada: 19 de Janeiro, no Pavilhão Universitário.

Às 15 horas: Joanitas-Galgos; às 16: ADFA-Alcoitão.

VII CAMPEONATO DE XADREZISTAS CEGOS

Com a organização da U.C.X.L. União de Cegos Xadrezistas de Lisboa, com o patrocínio dos Lions Club de Lisboa Norte e dos Lions Mater de Lisboa e com o apoio técnico da Federação Portuguesa de Xadrez teve lugar no Hotel Cibra, Estoril, o VII Campeonato Nacional de Xadrezistas Cegos entre os dias 6 e 10 de Dezembro P.P. cuja classificação foi a seguinte:

- 1.º José Carlos V. Mimoso
- 2.º António Manuel R. Aveiro
- 3.º José Luís S. Carvalho
- 4.º José Manuel F. Fernandes
- 5.º José Miguel J. Santos
- 6.º Agostinho S. Costa
- 7.º José Luís de Almeida
- 8.º Pedro Alberto S. Ribeiro
- 9.º Carlos Manuel S. Ferreira
- 10.º Carlos Alberto C. Cordeiro

Com excepção de Agostinho S. Costa, jogador da Académica da Amadora, todos os restantes são jogadores da U.C.X.L.

J. MENDES COELHO, L.P.A.

CONCESSIONÁRIOS

Ford

FIESTA XR2

ESCORT XR3i, Special, 1.1 e 1.3 Laser, Station

ORION GL, 1.6 GL, 1.6 GL Diesel

SIERRA 1.6 GL

TRANSIT 120 Furgão, mista de 7, 9 e 12 lugares

TRANSIT 175 CH/Cabina Furgão, mista de 7 e 9 lugares, Mini-Bus (17 lugares)

CAMIÕES

AMADORA
STAND - Estrada do Alto Maduro, Lote 3 - Telef. 942624 - 942635
OFICINA E PEÇAS - Av. General Humberto Delgado, Lote 1 - Telef. 937444 - 931980 - 931103

LISBOA
STANDS - Rua Alexandre Herculano, 6-A - Telef. 546147
Rua Gomes Freire, 7-C - Telef. 539801
OFICINAS E PEÇAS - Rua Gomes Freire, 5-A/7-C - Telef. 539801
Rua S. Sebastião da Pedreira, 122 - Telef. 562501

OS SÓCIOS INTERESSADOS EM ADQUIRIR UMA VIATURA DA GAMA FORD PODEM FAZÊ-LO ATRAVÉS DO SÓCIO

ANTÓNIO BERNARDES

COMISSIONISTAS DA REFERIDA MARCA

CONTACTE TELEF. 243 19 51 (Residência) depois das 19 h. — TELEF. 36 21 67 — ADFA

RENAULT 16 TS

AUTOMÁTICO

Condução volante

1 só pé. Vende-se

65 mil km

Tel. 79 46 71 Horas exp.

ANUNCIE NO «ELO»

SEGUROS QUALQUER RAMO EM TODO O PAÍS CONSULTAS TÉCNICAS E CONTACTOS

Tel. (01) — 220 23 85

SÓCIO **ARMANDO ALVES**

R. VITÓRIA, 131 — VALE MILHAÇOS

CORROIOS 2800 ALMADA

ADMISSÃO DE PESSOAL

EMPRESA DE FABRICO DE MÓVEIS FAZ ADMISSÃO DE PESSOAL:

- Encarregado de fábrica
- Marceneiro com conhecimentos de desenho de móveis
- Serralheiro de móveis metálicos

Os interessados devem dirigir-se à firma:

ÓSCAR ALTINO COELHO

Lugar da Cortinha do Moinho — MACEDO DE CAVALEIROS

TEL. 4 26 14 (Dia) — 4 22 30 (Noite)

ou ADFA — DELEGACÃO DO PORTO

Rua Pedro Hispano, 1105 — Tel. 69 20 81-69 65 35 — 4200 PORTO

A IMAGEM DO DEFICIENTE NA LITERATURA

Na série de trabalhos que temos vindo a publicar sobre o XV Congresso Mundial da Rehabilitation International procurámos não só tratar com certa exaustividade o tema central aí discutido — mudança de atitudes —, como cobrir, tanto quanto possível, subtemas ou aspectos periféricos desse mesmo tema, mesmo que tenham merecido uma menor atenção dos congressistas ou nem sequer tenham sido discutidos. Está neste caso a imagem do deficiente na literatura, uma questão que, tanto quanto sabemos, nem sequer foi abordada nas discussões. Foi, no entanto, durante o Congresso que tivemos acesso a algum material interessante sobre este assunto. Trata-se das actas de um simpósio realizado em Outubro de 1981 pelo Centro Internacional de Deficientes, em colaboração com as Nações Unidas.

A leitura dessas actas leva a algumas reflexões (não esgotadas aqui), que poderão ser um primeiro passo para um trabalho continuado sobre esta matéria, fonte rica de informações e dados sobre a forma como os deficientes são realmente encarados. É que a imagem do deficiente no mundo da ficção, depois de bem definida e acentuada, pode ser de rara importância para traçar o esboço das relações que a um nível mais profundo do psiquismo colectivo existem entre a sociedade, ou os outros, e os deficientes. Isto, evidentemente, considerando o mundo do imaginário e da criação com a sua realidade específica, mas, de qualquer maneira, sempre como um microcosmos do macrocosmos que é o mundo real, ou uma projecção deste último, filtrado pelo eu profundo do artista, onde as personagens, afinal, são mais transparentes que as pessoas e mais nítidas são as relações entre elas do que entre as pessoas no mundo real. Além disso, o conjunto das obras literárias, documentos à nossa disposição, constituirão fonte única de dados para uma apreciação histórica das formas de tratamento dos deficientes, ou melhor, das personagens deficientes.

Como em tudo, na literatura também nada se cria e nada se perde, tudo se transforma, ou, mais adequadamente, tudo se transfigura. O artista, quando cria as suas personagens e as integra numa acção que de desenrola num determinado espaço e num determinado tempo, estará subindo ao cume da — realização possível do homem, imitando o acto da criação do próprio mundo, dando força ao mito do retorno à origem das origens. Mas o artista perseque o mito sem nunca o atingir, porque afinal não cria, apenas adapta, reformula, recria. A grande limitação do homem consistirá no facto de que o imaginário ficou definitivamente prisioneiro do real, não conseguindo libertar-se dele para uma criação autónoma.

Esta perspectiva da cria-

ção literária legítima a possibilidade de um movimento inverso — agora do imaginário para o real —, permitindo um estudo das personagens deficientes no mundo da ficção com interesse para a definição do próprio estatuto das pessoas deficientes.

A questão dos deficientes não será propriamente um tema tratado pela literatura, como o da guerra, do amor, da morte, etc., à volta dos quais se organiza toda a trama narrativa. Mas está patente em muitas obras, bem clara, consciente ou inconscientemente tratada pelo autor.

Por sistema, em qualquer obra literária, as personagens deficientes são transitórias. Isto é, elas poderão surgir ao longo da narrativa, desempenhar determinado papel, mas desaparecem antes que se dê o desfecho da obra, antes que a acção se resolva. Elas não podem povoar o mundo ideal para que o desenlace da acção aponta. Normalmente ou morrem ou opera-se um milagre e deixam de ser deficientes. No mínimo, a acção irá pondo-as à margem até deixar de contar com elas na parte final.

O milagre, de que o Novo Testamento nos dá o mais profundo tratamento, é a recuperação dos deficientes para o mundo dos eleitos. Um dos mais apreciados gestos de Jesus é exactamente dar vista aos cegos e movimentos aos paralisados. Esta recuperação operada por Jesus ou a recuperação da Heidi operada pelo ar da montanha são transposições para um mundo diferente, cuja passagem é o momento exacto que confere sentido a uma vida até aí vazia. A palavra «recuperação», no seu valor semântico, explicita bem este processo.

A literatura, extasiada desde sempre com o seu herói, criou recentemente o anti-herói, valorizando determinadas situações tradicionalmente marginalizadas no mundo da ficção, como é o caso, por exemplo, da exaltação pelo neo-realismo das classes exploradas.

Tal como no mundo real, na obra literária, as relações entre as personagens assentam em princípios de poder e controlo. Diríamos mais: tal como na natureza, onde animais e mesmo plantas passam obrigatoriamente por um confronto entre si, acabando por sobreviver e afirmar-se os mais fortes. Na obra literária, há, por princípio, o herói, dotado de atributos que o tornam capaz de vencer, de prosseguir o seu caminho e atingir o seu objectivo. Entretanto, nesse caminho ficam os vencidos. Interessa saber quem está apto a desempenhar o papel de herói na nossa cultura. Sem procurar desenvolver outros aspectos, diremos já que deficientes é que ele não deverá ser.

Pensando no mais velho dos livros — o Antigo Testamento —, verificamos que os eleitos para contactar com Deus, os sacerdotes, por expressa determinação

d'Ele, não podiam ser deficientes — determinação acatada pela Igreja até aos nossos dias (Virgílio Ferreira in «Manhã Submersa»). Iguamente os animais a sacrificar, os melhores do rebanho, não deveriam ter qualquer deficiência física. A noção de perfeição física vem-nos, assim, do fuindo dos tempos da nossa cultura.

Mas a literatura ainda não enquadrava nessa perspectiva o caso dos deficientes. Mesmo em obras recentes, consciente ou inconscientemente, repetimos, a personagem deficiente é inviabilizada. Limita-se a servir determinados objectivos no universo do romance, muitas vezes apenas pitorescos ou então como metáfora de estados psíquicos desta forma mais evidenciados e mais dramáticos.

Na peça «Filhos de um Deus menor» pode-se ver realçado este último objectivo, conforme referimos

oportunamente no «Elo». E isto é bem significativo, só por si: tal como na nossa cultura a noite pode simbolizar a tristeza e simbolizá-la — sempre, porque a noite é sempre noite e nunca será dia, também a deficiência simbolizará sempre o trágico, porque ela é definitivamente algo de irremediavelmente trágico.

Pitorescamente, a produção literária está povoada de personagens deficientes que desempenham uma função cômica ou suscitam terror, significando, tanto num caso como noutro, uma alienação: o deficiente é isso apenas; deixa de ser homem. Uma especialidade muito própria das personagens deficientes é também a de serem portadoras de forças do mal, o que, igualmente, implica uma desumanização em favor de uma característica específica. No geral, note-se, o deficiente funciona como uma importante figura de estilo — a si-

nédoque: o homem (o todo) passa a valer pela parte (a deficiência). O traço dominante é, pois, a alienação, o deficiente como o não-outro, o não-humano.

Estas formas que as personagens deficientes assumem no universo ficcional terão como fonte os mitos e arquétipos que estão na base da própria cultura e no fundo do nosso psiquismo. Partindo deste princípio, a literatura poderá funcionar como factor de manutenção da marginalização dos deficientes. É que o mito, sendo uma projecção de impulsos inconscientes ganha uma extraordinária força quando configurado na literatura em forma de palavras ou imagens. Assomado assim no plano do consciente, a realidade é por ele filtrada, acabando por as imagens literárias serem pacificamente aceites como fazendo parte do real.

A literatura, partindo do

real, onde o mito é de certo modo reprimido pelo consciente, transfigura esse real através do eu profundo do autor, onde o mito não é censurado e determina assim claramente as personagens criadas e as suas relações. O leitor ou espectador aceita agora, com satisfação, como realidade o imaginário que lhe é servido, sem ter que se debater com os problemas de auto-censura.

Terminamos aqui estas reflexões, num ponto simultaneamente rico e polémico que o carácter introdutório deste trabalho não deixa agora explorar. Mas fica pelo menos uma questão bem pesada: a marginalização das pessoas deficientes será inerente à natureza humana, ou antes produto da educação e da cultura? Trata-se de uma questão que a continuação desta reflexão sobre a literatura poderá de algum modo ajudar a esclarecer.

ANTIGOS COMBATENTES E VÍTIMAS DE GUERRA VÃO REUNIR EM LISBOA — 11.ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS EUROPEUS DA FMAC

Como já vimos noticiando nos ELOS anteriores, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, na sua qualidade de membro e representante de Portugal na Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra — FMAC —, vai organizar no nosso País a 11.ª Reunião da CPAE cujos trabalhos decorrerão nas instalações na Fundação Calouste Gulbenkian, graciosamente cedidas, no período de 25 a 27 de Fevereiro próximo.

Ao organizar esta reunião, a ADFA pretende contribuir activamente para a prossecução dos fins que os mais de 20 milhões de antigos combatentes e vítimas de guerra prosseguem em todo o Mundo, e ao mesmo tempo, concorrer para que também, nesta matéria Portugal tenha uma palavra a dizer.

Para a reunião em Lisboa, e até ao momento de fecho deste jornal, estava já assegurada a presença dos seguintes países europeus: Alemanha Federal, Bélgica, Finlândia, França, Noruega e Reino Unido, esperando-se que outros ainda o venham a fazer nos próximos dias.

Prevê-se ainda a presença do Presidente da Comissão Permanente para os Assuntos Africanos, intercâmbio que vem sendo prática em anteriores reuniões.

O programa da referida reunião está definitivamente elaborado, constando dele, não só, as reuniões de trabalho propriamente ditas, como a parte social, sempre presente e proveitosa neste tipo de encontros.

Elaborado à medida do âmbito do encontro, o programa será o seguinte:

PROGRAMA

Domingo, 24 de Fevereiro de 1985

HOTEL-ALFA

9.00 — Registo dos participantes

Programa Turístico

Manhã —

— Visita à cidade de Lisboa, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa.

HOTEL-ALFA

16.00 — Reunião do Sub-Grupo de Trabalho para troca de informações Médico-Sociais.

HOTEL-ALFA

19.00 — Reunião da Comissão da C.P.A.E.

Segunda-feira, 25 Fev.

Fundação Calouste Gulbenkian

9.45 — Sessão Solene de Abertura — Auditório 2

Av. da Liberdade

11.45 — Cerimónia no Monumento aos Mortos

Fundação Calouste Gulbenkian

14.30 — 17.30 — Grupo de trabalho sobre Apoio Financeiro

Restaurante

20.30 — Jantar típico com a colaboração da Direcção Geral de Turismo

Terça-feira, 26 Fev.

Fundação Calouste Gulbenkian

9.30 — 11.30 — Grupo de trabalho sobre a Cooperação Europeia

Palácio de Belém

12.00 — Audiência com S. Ex.ª o Sr. Presidente da República
Fundação Calouste Gulbenkian

14.30 — 17.30 — Grupo de trabalho para os Assuntos Sociais
Castelo de S. Jorge «Sala Ogival»

19.15 — Cocktail oferecido pela Câmara Municipal de Lisboa

Programa para acompanhantes — Dia 26 das 10 horas às 17 horas, visita ao concelho de Sintra, com o apoio da Câmara Municipal de Sintra.

Quarta-feira, 27 Fev.

Fundação Calouste Gulbenkian

9.30 — 13.00 — Grupo de trabalho para os Assuntos Sociais
15.30 — 17.00 — Sessão Plenária de encerramento.

HOTEL-ALFA

18.00 — Reunião da Comissão da C.P.A.E.

Como anfitriã desta reunião, a ADFA, vem desenvolvendo todos os esforços para que os trabalhos decorram com a dignidade que merecem, procurando-se dotar os mesmos dos apoios técnicos-administrativos e logísticos suficientes, o que, praticamente temos garantido.

Neste esforço que a ADFA teve de assumir, não se encontra sozinha e desde a primeira hora contou com os apoios importantes e decisivos da Secretaria de Estado da Defesa Nacional, Câmara Municipal de Lisboa e Câmara Municipal de Sintra, Fundação Calouste Gulbenkian, Direcção Geral de Turismo e Banco Pinto & Sotto Mayor, às quais a ADFA mais uma vez agradece.